

# Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 24

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara Superior do Carf nega imunidade tributária à Cesgranrio..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Piora a percepção da área fiscal - CELSO MING..... 6

A GAZETA - MT - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

5 toneladas de produtos são recolhidos..... 7

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RFB amplia monitoramento à tributação dos incentivos fiscais..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Fundos fechados somam R\$ 1,3 tri..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência e sufoco municipal (Artigo)..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Fundos de pensão têm crescimento fraco no ano..... 11

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

MP pede suspensão de "penduricalho" de membros da AGU..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

IPCA chega perto do teto, e incerteza fiscal eleva juros (Editorial)..... 14

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Isenção a quem ganha até 5 mil e taxa para milionários..... 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda estuda taxar milionários no Brasil..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy: tempo desafia reforma tributária..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tempo é principal desafio da reforma tributária sobre consumo, afirma Appy..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Plástico pode entrar na mira de 'imposto do pecado'..... 23

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - CONJUNTURA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cira investiga sonegação de ICMS superior a R\$ 90 milhões..... 24

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estuda criar imposto mínimo para milionários para bancar isenção do IR ..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Agenda Haddad deve garantir meta de 2024 (Artigo) ..... 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Banco Mundial melhora a projeção do PIB do Brasil ..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxar ricos não afeta déficit da AL, diz Banco Mundial ..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conflito piora cenário econômico que já era ruim no Oriente Médio ..... 32

MEIO NORTE - TERESINA - PI - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributação e meio ambiente preservado (Artigo) ..... 34

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Para Haddad, aumento do IPCA é temporário ..... 35

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Inflação acelera para 0,44% em setembro ..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

O compromisso de Gabriel Galípolo (Editorial) ..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Inflação vai a 0,44% em setembro e se aproxima de teto da meta do BC ..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

"A inflação pode até passar de 5% neste ano" ..... 39

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO  
SERVIDOR PÚBLICO

Governos estão cada vez maiores e mais ineficientes ..... 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Analistas já projetam índice acima do teto da meta de 4,5% ..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Aumento da dívida brasileira preocupa, apesar de crescimento maior da economia ..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Juro futuro fecha nas máximas do ano com risco fiscal no radar ..... 47

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
ECONOMIA

Energia e alimentação puxam inflação, que cresce 0,44% em setembro, diz IBGE ..... 49



# Câmara Superior do Carf nega imunidade tributária à Cesgranrio

*Marcela Villar De São Paulo*

A 2ª Turma da Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** negou imunidade tributária à Fundação Cesgranrio, responsável pela aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e outros concursos públicos. Por voto de qualidade, os conselheiros entenderam que a entidade não por ser classificada como instituição de ensino e, portanto, não teria direito ao benefício fiscal previsto na Constituição Federal.

A Câmara Superior reverteu decisão anterior favorável à Cesgranrio e manteve cobrança de R\$ 89 milhões de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL referente ao ano de 2010. A decisão alarmou tributaristas, principalmente porque destoa de outro precedente recente, favorável à Fundação Carlos Chagas.

Na ocasião, a 1ª Turma da Câmara Superior afastou cobrança de R\$ 107 milhões. Por maioria, chegou a uma conclusão diferente, entendendo que a imunidade tributária constitucional deve ser interpretada de forma ampla, contemplando as atividades de organização de processos seletivos. São os primeiros casos julgados pela última instância do **Carf**.

A isenção de **tributos** discutida nos processos está prevista no artigo 150, inciso VI-C, da Constituição, que veda a criação de **impostos** sobre "patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos". A previsão também consta no Código Tributário Nacional (CTN), no artigo 14-11, que prevê que a instituição deve aplicar integralmente, no país, seus recursos na manutenção dos objetivos institucionais.

Uma terceira norma, porém, restringe esse conceito. A Lei nº 9.532, de 1997, considera imune de carga tributária a instituição de educação "que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos". É com base nesse dispositivo que a Fazenda Nacional se defende nesses processos.

No caso da Cesgranrio, a 2ª Turma considerou fundamental que a maior parte do faturamento da

empresa adveio da aplicação de provas e vestibulares. Segundo a fiscalização, 99,62% da receita operacional de R\$ 154,4 milhões da empresa vieram dessa atividade no ano de 2010. Por isso, para os fiscais, sua atuação principal "não guarda nenhuma relação com o conceito constitucional e infraconstitucional de educação", pois "não estão relacionadas com o conceito de processo formativo do cidadão".

A Cesgranrio contesta o percentual nos autos, indicando que seriam, na verdade, 68,6%. Alega ainda que "os serviços prestados de natureza educacional são as avaliações educacionais, as seleções de candidatos para o ingresso no ensino superior e o curso de mestrado em avaliação". E que a própria Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Educação (MEC) a reconheceu como instituição de educação, no Parecer nº 903/2014.

A tese do contribuinte, porém, não foi acatada pelo conselheiro relator, Mário Hermes Soares Campos. "A atividade de avaliação em processos seletivos não se confunde com ensino e não enquadra como instituição de educação a entidade que tem por objeto a sua exploração, mesmo que com fins não lucrativos, não se habilitando à fruição da imunidade do imposto sobre a renda", diz ele no acórdão (processos nº 12448.729885/2014-66 e nº 12448.725726/2016-54).

O conselheiro desconsiderou o parecer do MEC, pois só teria efeitos para o Direito Educacional, não repercutindo em outras searas jurídicas, como a tributária. Ele reformou a decisão anterior da 1ª Turma da 2ª Câmara da 1ª Seção, que havia feito uma interpretação mais ampla do dispositivo constitucional. Para o colegiado, "embora as avaliações educacionais não sejam atividades de ensino propriamente, estão intrinsecamente vinculadas à ele" e são "instrumentos indispensáveis" para assegurar o padrão de qualidade educacional brasileiro.

Entendimento semelhante foi o da 1ª Turma da Câmara Superior do **Carf**, no processo da Fundação Carlos Chagas. Nessê caso, o Fisco ainda contestava que o lucro da fundação não era revertido para atividades internas voltadas para educação ou pesquisa, mas em aplicações do mercado financeiro, que somavam R\$ 1 bilhão. Mas, para os conselheiros, essa prática não violaria a previsão constitucional e os requisitos para o uso da imunidade.

O conselheiro Luis Henrique Maiotti Toselli, redator do acórdão, afirma que a instituição só perderia o benefício se esse lucro fosse distribuído para terceiros, o que não foi indicado pela fiscalização. "A finalidade lucrativa que afastaria a imunidade não deve ser aferida isoladamente a partir das atividades geradoras de caixa (no caso aplicações financeiras), mas sim em face de eventual desvio de recursos (tirar da entidade para que terceiro lucre), o que sequer foi aventado nesse caso concreto", afirma (processo nº 10830.727459/2018-72).

Para o tributarista Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados, o acórdão contrário à Cesgranrio desrespeita a determinação e parecer do MEC/AGU. "Ambas as fundações foram reconhecidas como instituições de educação e tiveram pareceres favoráveis da AGU. A **Receita Federal** discorda e ignora o trabalho feito pelo MEC, que é o ministério legítimo a classificar a instituição como de educação", diz.

Na visão do advogado, isso demonstra "uma contradição do Estado brasileiro", pois o Ministério da Fazenda estaria invadindo a competência do MEC "sem qualquer base legal". Ele também afirma que a aplicação de provas e vestibulares são elemento essencial para o sistema educacional. "Se não tem uma avaliação que acompanhe a qualidade, se coloca em risco a própria educação", diz. "É ter um olhar muito míope sobre o que é educação, de ser apenas e tão somente educar e não as demais ferramentas." Segundo a advogada Gisele Barra Bossa, sócia do Demarest e ex-conselheira do **Carf**, que inclusive foi relatora em julgamento anterior da Cesgranrio, a 1ª Turma da Câmara Superior costuma julgar matérias de IRPJ e CSLL e é mais favorável aos contribuintes. Já a 2ª Turma, que costuma julgar IRPF e contribuição previdenciária, tem entendimento mais favorável ao Fisco. "Existe uma falta de uniformidade entre as turmas de julgamento em uma situação análoga de serviços de concurso público." Gisele também chama a atenção que não foi comprovado que os valores recebidos pela aplicação do concurso público foram revertidos para outro fim que não a educação. "O Fisco não provou qualquer desvio de finalidade e a Constituição preserva a imunidade desde que o dinheiro decorrente da exploração da atividade educacional seja revertido para a instituição e não seja distribuído a sócios, por exemplo", afirma.

Procuradas, a Cesgranrio e a Fundação Carlos Chagas não deram retorno até o fechamento da edição.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009>

# Piora a percepção da área fiscal - CELSO MING

## **CELSO MING**

O governo Lula não entendeu que não é o Banco Central (BC) que define o tamanho dos juros. É o mercado de crédito.

Os juros de longo prazo se aproximam dos 7% ao ano além da **inflação**, e produzem enorme estrago nas finanças públicas.

Grande parte do crédito é de longo prazo. Quem empresta para o governo, ou seja, quem compra títulos do Tesouro, tem até mais de dez anos para receber seu dinheiro de volta. Se as contas públicas vão mal, como agora, a percepção é a de que a **inflação** subirá, o BC terá de correr atrás e, nessas condições, se a remuneração não melhorar, o credor perderá dinheiro.

Daí por que os juros de longo prazo tendem a subir sem intervenção do BC. É o que está acontecendo não apenas com os títulos do Tesouro, mas, também, com os financiamentos de prazo mais longo: para compra de casa própria e de veículos; ou para compra de máquinas.

Pergunta: por que a percepção da deterioração das contas públicas está acontecendo agora, quando uma das mais importantes agências de análise de risco, a Moody's, acaba de elevar a nota do Brasil e de colocá-la a um degrau do grau de investimento - algo que só acontece quando o risco fiscal está desaparecendo?

Como nos desastres de aviação, nunca há causa única.

Uma das mais importantes é a de que as despesas obrigatórias (como com **Previdência Social**, funcionalismo público, Saúde e Educação) estão em rápida expansão, sem contrapartida de receitas. O governo vai tapando alguns vazamentos com aumento de receitas que não se repetirão, caso do dinheiro esquecido nos bancos, dos dividendos do BNDES e de pendências no âmbito administrativo da **Receita Federal (Carf)**. E há os truques da "matemática", que procuram maquiar as receitas para cima e as despesas para baixo.

Para que a dívida pública se estabilize, é necessário um superávit anual de cerca de 2% do **PIB**, que é o

porcentual de crescimento anual da dívida. Com os juros crescentes, que são incorporados ao principal, a dívida tende a crescer também por conta disso. Neste ano, não há segurança nem de que o arcabouço fiscal será preservado.

Um jeito de conter a escalada do endividamento é promover reformas estruturais. No entanto, o governo Lula não quer ouvir falar sobre isso. Cortou pela raiz a sugestão de sua ministra do Planejamento, Simone Tebet, de desvincular da evolução do salário mínimo as despesas com Benefícios de Prestação Continuada (BPC), abono salarial e seguro-desemprego.

Falta saber se, a partir do resultado das eleições municipais, o presidente Lula dispõese a mudar seu entendimento sobre o assunto.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

## 5 toneladas de produtos são recolhidos

Cinco toneladas de mercadorias falsificadas foram apreendidas na região central da capital mato-grossense durante Operação Pinóquio. Deflagrada pela **Receita Federal do Brasil** (RFB) em parceria com a Polícia Judiciária Civil, por meio da Delegacia Especializada de Defesa do Consumidor (Decon) de Cuiabá, a ação objetiva desmantelar redes de venda e distribuição de produtos piratas. A investigação aponta prejuízos de aproximadamente R\$ 2 milhões. Durante a manhã dessa quarta-feira, 9, os agentes estiveram na loja China Bazar, no centro comercial da cidade, onde foram recolhidos brinquedos pirateados. Além de colocar em risco a segurança do consumidor, a comercialização de produtos falsificados prejudica os proprietários das marcas, afeta a geração de empregos e a arrecadação de **impostos**, justifica o Fisco. Com a distribuição e comércio ilegal de produtos falsificados o Brasil deixa de arrecadar R\$ 453 bilhões por ano, valor equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo a Confederação Nacional da Indústria (**CNI**), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Como são vendidos a preços mais baixos, os produtos pirateados atraem consumidores. Contudo, o lucro da venda ilegal alimenta o crime organizado, alerta a Decon. Os responsáveis pela comercialização dos produtos piratas responderão por crimes como contrabando, violação de propriedade de marca, prática de concorrência desleal e relações de consumo.

**ORIENTAÇÕES** Evitar comprar brinquedos e outros produtos falsificados é uma das principais recomendações do Procon para os consumidores que vão às compras visando celebrar o Dia das Crianças, comemorado este ano no próximo sábado, 12. Para garantir a segurança das crianças, é necessário verificar a procedência dos produtos. Brinquedos devem conter o selo do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), a faixa etária indicada e se o produto é original. O selo do Inmetro pode estar impresso ou em etiqueta autoadesiva na embalagem ou afixado no brinquedo. Também pode estar em etiquetas de pano, como no caso de bichos e bonecos de pelúcia. Todo o brinquedo, nacional ou importado, deve ser certificado pelo Inmetro, esclarece o Procon Estadual. Outras recomendações são verificar antecipadamente se o estabelecimento permite trocas de produtos, pedir demonstração de funcionamento de aparelho eletrônico e garantia. No caso de compras pela internet, estar alerta para promoções de produtos com valores abaixo da média, bem como evitar clicar em anúncios recebidos por email, mensagens ou redes

sociais, que podem levar a sites fraudulentos. O recomendado é sempre digitar o endereço do site e, antes de efetuar a compra, conferir o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) do fornecedor, endereço físico e canais de troca e atendimento. Por fim, sempre compare preços e exija nota fiscal.

# RFB amplia monitoramento à tributação dos incentivos fiscais

**Bruno Feldman e Luis Henrique Cunha** *Sócios da Sá Leitão Auditores e Consultores*

Desde janeiro de 2024, com a promulgação da Lei No 14.789, de 29.12.2023, as empresas tributadas pelo Lucro Real que possuem incentivos fiscais, nos âmbitos federal, estadual e municipal, passaram a ser tributadas pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Além disso, a **Receita Federal do Brasil** (RFB) vem intensificando seus mecanismos de fiscalização, como a implantação de programas de auto regularização para arrecadar tributos federais sobre os incentivos fiscais.

Outra forma da **RFB** obter maiores dados dos contribuintes e aprimorar o cruzamento de informações, foi criando mais uma obrigação acessória, denominada de Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (DIRBI), instituída pela MP No 1.127 de 04.06.2024 e regulamentada pela Instrução Normativa (IN) da **RFB** No 2.198, de 17.06.2024 (em vigor desde 01.07.2024).

Portanto, desde o mês de julho passado, os contribuintes já estavam obrigados a informarem na DIRBI, alguns incentivos fiscais, como o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO), a Desoneração da Folha de Pagamento e o Crédito Presumido de Produtos Agropecuários.

Ocorre que, com o advento da IN - RFB No 2.216, de 05.09.2024, foi ampliado o rol dos benefícios fiscais que precisam ser informados na DIRBI, entre eles: (i) Benefícios fiscais da Sudene/Sudam (Redução de 75% do IRPJ e Depósitos para Reinvestimento) e Zona Franca de Manaus; (ii) Não pagamento das estimativas de IRPJ e de CSLL sobre os incentivos fiscais federais, estaduais e municipais; (iii) Alíquota zero do PIS/COFINS sobre adubos, fertilizantes e defensivos agropecuários; e (iv) Benefícios do IRPJ/CSLL/IPI sobre inovação tecnológica.

Outro aspecto importante é que, mesmo quem não era obrigado a enviar a DIRBI, mas passou a ser exigido em virtude dos novos benefícios fiscais que foram

inseridos na citada IN- RFB 2.216/2024, deve entregar a DIRBI referente ao período de competência de janeiro a agosto de 2024 até o dia 20.10.2024. Trata-se de mais um mecanismo de fiscalização que pode vir a aumentar o custo burocrático e a aplicação de multas pelo não envio da DIRBI (de 0,5% a 1,5% sobre a receita bruta do período, limitado a 30% benefício fiscal usufruído), além de possibilitar que a **RFB** amplie o monitoramento sobre aqueles contribuintes que não estão tributando seus incentivos fiscais.

Com isso, fica evidente que o Fisco espera incrementar sua arrecadação, não se limitando apenas à promulgação de normas tributárias, mas, também, ampliando as formalidades tributárias que facilitem a fiscalização e uma eventual punição aos contribuintes.

**Site:**

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2024/10/rfb-amplia-monitoramento-a-tributacao-dos-incentivos-fiscais.html>



# Fundos fechados somam R\$ 1,3 tri

» **RAPHAEL PATI**

Os ativos das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (EFPCs) alcançaram R\$ 1,3 trilhão no primeiro semestre de 2024, o equivalente a 11,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro. O resultado foi divulgado, ontem, pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp).

O levantamento mostra que mais de 3 milhões de pessoas são participantes ativos nesse sistema, com 4,1 milhões de dependentes e 867 mil assistidos. De janeiro a junho, os Planos Família registraram 132 mil participantes e tiveram aumento de 34% no patrimônio, para R\$ 2,1 bilhões.

De acordo com o presidente da Abrapp, Jarbas Antonio de Biagi, a expansão do acesso aos Planos Família têm aumentado a democratização da **previdência complementar** no país. "Estamos não apenas garantindo a sustentabilidade financeira dessas entidades, mas também proporcionando a mais brasileiros a oportunidade de construir um futuro mais seguro", disse.

No geral, a carteira de todas as EFPCs tiveram um retorno de 2,83% no primeiro semestre de 2024. Nesse contexto, a renda fixa representa a maior parte dos ativos, com 81,4%, e que na primeira metade do ano cresceram 3,84%. Por outro lado, a renda variável apresentou queda de 5,52%, fruto de um aumento da volatilidade. Essa modalidade representa 10,4% dos ativos de **previdência complementar**.

Em 10 anos, o número total de planos aumentou de 1.101 para 1.175, com destaque para os planos de Contribuição Definida (CD), que passaram de 413 para 525 no mesmo período. Em 2024, esse tipo de plano teve rentabilidade de 3,38%. Na sequência, aparecem os planos de Contribuição Variável (CV), com 2,86%, e Benefício Definido (BD), com 2,60%. Para o presidente da associação, a preferência maior por planos de CD revela uma busca mais acentuada dos investidores pela flexibilidade.

"Esse cenário mostra uma preferência crescente por modalidades de contribuição mais flexíveis, como os planos CD, em linha com as mudanças no mercado previdenciários e as necessidades dos participantes", ressaltou.

Garantias Com a ideia de gerar mais rentabilidade e

segurança para a atração de novos beneficiários dos planos de **previdência complementar**, o executivo informou que a entidade negocia com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) uma proposta que envolve a garantia de rentabilidade mínima em debêntures ligadas ao ramo da infraestrutura.

Segundo Biagi, as conversas com o banco ainda estão em estágio inicial e a discussão deve se aprofundar por tempo indeterminado. Por enquanto, o setor articula com a instituição pública um modelo específico de investimentos em fundos de pensão para o Rio Grande do Sul, atingido pela tragédia que devastou grande parte do estado em maio de 2024.

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6505/10-10-2024.html?all=1>

# Previdência e sufoco municipal (Artigo)

**Raul Velloso Consultor econômico**

Déficits previdenciários de monta têm puxado déficits fiscais elevados na maioria dos 2.118 municípios que mantêm Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS), capitais incluídas, algo que se agravou em 2023.

Um terço desses entes tem promovido reformas na área, mas o déficit atuarial total alcança ainda a expressiva marca de R\$ 1,1 trilhão.

Assim, a autonomia dada aos municípios para equilibrarem seus regimes (Emenda Constitucional n.º 103/2019), a partir da reforma de benefícios, andou pouco. Já a aprovação da PEC n.º 66/2023 pelo Senado, que, entre outras medidas, equipara as regras de benefícios dos servidores municipais e estaduais às da União, pode reduzir o déficit atuarial desses entes em cerca de R\$ 300 bilhões. Daí se chama PEC da Sustentabilidade Fiscal. A bola agora está com a Câmara.

Um município que hoje se destaca em termos de responsabilidade previdenciária é o de São Paulo, que aprovou ampla e efetiva reforma das regras de benefícios e do custeio da previdência, e o atual prefeito luta pela reeleição.

Foi criado o regime de capitalização, que garante recursos para pagar as aposentadorias e pensões dos servidores no futuro. Aliás, a insuficiência que havia já caiu para menos da metade do que era em 2021. O déficit atuarial, que era de R\$ 170 bilhões, caiu para R\$ 78 bilhões em 2024.

Todavia, o STF está julgando 13 Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas contra a EC n.º 103/2019 por diversas entidades representativas de servidores, magistrados, membros do Ministério Público e pelo PT. O resultado do julgamento se seguirá ao voto do ministro Gilmar Mendes.

Em função de todas essas mudanças legais, bem como da fiscalização pelo Ministério da **Previdência Social** (MPS) e pelos Tribunais de Contas, hoje praticamente todos os RPPS municipais são capitalizados e implementaram planos de equacionamento dos déficits atuariais. Grande parte deles é mediante alíquotas suplementares patronais pelo prazo de 35 anos, de acordo com a regulamentação do MPS. Na média, essas alíquotas suplementares à alíquota patronal normal estão em

16%. Porém em entes com déficits maiores chega-se ao extremo de alíquotas suplementares, de 112,2%.

Caso o STF mantenha a tendência de considerar inconstitucionais importantes pontos do custeio dos RPPS, isso deverá levar a uma elevação substancial das alíquotas suplementares, ampliando ainda mais o peso da previdência sobre já combatidos entes. I

Raul Velloso, Consultor econômico

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Fundos de pensão têm crescimento fraco no ano

*Liane Thedim Do Rio*

Os ativos das entidades fechadas de **previdência complementar** (EFPCs) cresceram apenas 0,5% no primeiro semestre do ano, informou a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp). O total atingiu cerca de R\$ 1,272 trilhão, frente R\$ 1,266 trilhão no fim de 2023. Com isso, como proporção do **PIB**, o montante caiu de 11,7% no ano passado para 11,4%.

Jarbas Antonio de Biagi, presidente da Abrapp, atribui o baixo desempenho à "queda expressiva da renda variável e ao desempenho insatisfatório da renda fixa", afetada pela alta na curva de juros futuros em junho. Ele espera uma recuperação no segundo semestre e prevê três cenários de rentabilidade no ano, em percentuais entre 6,73% e 10,85%, faixa que desde 2015 vem sendo atingida pelo setor. "Historicamente, a segunda metade do ano costuma ser um período mais positivo para os mercados." A carteira como um todo registrou retorno de 2,83% no primeiro semestre. A renda fixa, que compõe 81,4% dos portfólios, garantiu ganho de 3,84%; em junho, isoladamente, teve desempenho negativo de 0,59%. Já a renda variável, que representa 10,4% dos ativos, teve queda de 5,52% no semestre e, somente em junho, ganho de 0,68%.

Segundo Biagi, os fundos de pensão querem elevar os investimentos em infraestrutura, mas não querem estar expostos a eventuais casos de inadimplência dos emissores. Por isso, vêm negociando que o BNDES garanta que o rendimento seja no mínimo igual ao oferecido pelos títulos públicos - sendo a NTN-B a referência do setor - e assumam os pagamentos em caso de "default".

"A relação risco-retorno hoje não incentiva que as entidades invistam nesse setor", disse Biagi. Segundo ele, já foram três encontros para discutir o assunto. "Teremos mais rodadas." As debêntures de infraestrutura foram criadas em janeiro pelo governo e dão incentivo fiscal ao emissor, diferentemente das incentivadas, que dão isenção de Imposto de Renda (IR) ao investidor pessoa física. O BNDES informa que a questão se trata de uma demanda nova e ainda está em processo de avaliação.

Em agosto, em reunião com presidentes de fundos de

previdência de estatais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda) discutiram formas para acelerar os investimentos em obras principalmente no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "Começamos a negociar com o banco antes dessa reunião no governo, não está relacionado", garantiu Biagi.

O presidente da Abrapp informou que também está em conversações com os ministérios da Previdência e da Fazenda para que a exigência de marcação a mercado dos títulos em carteira dos fundos de pensão seja eliminada. A obrigatoriedade de atualização diária foi estabelecida em 2020 pelo Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPC).

No entanto, Biagi diz que os fundos de pensão não são um produto financeiro. Ao contrário, são planos de longuíssimo prazo e dificilmente as entidades resgatam o título antes do vencimento. "Somos um produto previdenciário e essa oscilação da cota do participante gera muita insegurança", diz Biagi.

A entidade espera que até dezembro caia também a determinação do Conselho Monetário Nacional (CMN) de que os fundos de pensão vendam todos os imóveis em carteira até maio de 2030 e não aloquem mais no ativo físico. O setor quer ainda que seja novamente permitido investir até 8% dos ativos em imóveis, como era até então. Ele diz que algumas EFPCs tinham vocação para essa alocação, com menor custo de gestão do que os fundos de investimento imobiliário (HIs). Biagi argumenta que, quando era permitido ter até 8%, o setor tinha 3% em imóveis físicos. "O limite de 8% não impediu que os fundos investissem em FIs também, além dos ativos físicos", afirmou ele.

A resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) foi publicada em 2019 e, desde então, os gestores de FH têm comemorado o aumento da presença dessas entidades no setor. O limite para o segmento imobiliário subiu de 8% para 20%, mas somente pode ser feito por meio de cotas de HIs, fundos de investimento em cotas de HI (HCFII), CRIs ou cédulas de crédito imobiliário (CCIs).

"Historicamente, a segunda metade do ano costuma ser um período mais positivo" Jarbas de Biagi

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009>

# MP pede suspensão de "penduricalho" de membros da AGU

**JOÃO PAULO SACONI**

O TCU recebeu ontem um pedido, elaborado pelo Ministério Público, para que suspenda imediatamente o pagamento de um "penduricalho" de R\$ 3,5 mil a advogados da Advocacia Geral da União (AGU) e procuradores da Procuradoria-Geral Federal (PGF), da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e do Banco Central.

Conforme revelou ontem a "Folha de S. Paulo", o benefício aprovado na segunda-feira está isento de **tributos** e extrapola o teto remuneratório do serviço público (R\$ 44 mil ao mês, equivalente ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal). Trata-se de um "auxílio saúde complementar", criado pelo Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), entidade privada que estipula os honorários de sucumbência pagos aos advogados em ações que incluem a União - uma espécie de "bônus".

Na representação enviada ao TCU sobre o tema, Lucas Furtado, subprocurador-geral do MP ligado à Corte de Contas, diz que os pagamentos violam o princípio da moralidade na administração pública. Na avaliação de Furtado, a resolução do CCHA que cria o benefício buscaria "driblar" as normas em vigor, num movimento que evidenciaria "o insaciável apetite por recursos públicos demonstrado pelos membros das carreiras beneficiadas".

"A sociedade não aceita mais isso, sobretudo quando é pública e notória a precariedade dos serviços públicos que lhe são oferecidos. Aumentos salariais de **servidores públicos** que já estão recebendo, em sua maior parte, o teto remuneratório federal, como noticiado, constituem verdadeira afronta ao contribuinte".

A manifestação é para que o TCU ordene rapidamente a suspensão dos repasses, até que os ministros do tribunal consolidem um entendimento a respeito do que será feito com eles no futuro.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# IPCA chega perto do teto, e incerteza fiscal eleva juros (Editorial)

O governo está pagando mais na emissão de títulos para rolar uma dívida que só cresce. Para os vencimentos de maio de 2027, a NTN-B registrou taxa de juros 6,7% acima da **inflação** (Valor, ontem). Em 2015, quando a presidente Dilma Rousseff já se via às voltas com uma recessão intensa e caminhava para ter os malabarismos fiscais de sua gestão condenados pelo Congresso, o mesmo título exigiu do Tesouro juros de 7,53% mais a variação do IPCA. Apesar de a taxa ser maior então, os juros altos são mais desfavoráveis agora. O governo de Dilma trouxe de volta os déficits fiscais, após uma década de superávits. O governo Lula aprofunda déficits que perduram por uma década, com pausa cheia de truques em 2022, último ano do mandato de Jair Bolsonaro.

Apesar do crescimento da economia, da arrecadação advinda dessa expansão e das medidas para aumentar as receitas da União, os juros de curto prazo vão subir ainda mais. O Comitê de Política Monetária decidiu iniciar um novo ciclo de alta e, no caso dos títulos indexados à **inflação**, seu custo aumentará duplamente, porque a **inflação** também está subindo. Ontem, o IPCA de setembro registrou 0,44% e, em 12 meses, de 4,42%, a pouca distância do teto da meta de **inflação** de 4,5%, que provavelmente será ultrapassada até o fim do ano.

O governo avalia que o déficit público poderá atingir 0,25% do **PIB**, o piso do novo regime fiscal, excetuando créditos extraordinários de R\$ 40,5 bilhões para combater as enchentes no Rio Grande do Sul e o fogo do Sudeste à Amazônia. No entanto, o esforço fiscal se mostrou pequeno e insuficiente para deter um avanço do endividamento de mais de 5 pontos percentuais do **PIB** em um par de anos, uma trajetória semelhante à que trilhou a desastrosa gestão de Dilma Rousseff. Os gastos obrigatórios estão crescendo muito acima do esperado com o novo regime fiscal e dando à economia um ritmo mais veloz do que a expansão da oferta de bens e serviços.

Um triênio de avanço do **PIB** na faixa de 3%, que não ocorre há dez anos, deveria ser suficiente para suprir receitas adequadas ao Estado que, além disso, obteve mais recursos com o fechamento de brechas na tributação que favoreciam contribuintes de alta renda. Mas as despesas, pelo regime fiscal, acompanham a evolução das receitas, com um limite (de 0,6% a

2,5%). Elas, porém, têm velocidades diferentes de expansão e fogem a essa restrição. É o que acontece com o principal grupo de despesas, as obrigatórias, que seguem regra de correção diferente - a variação da **inflação** mais o avanço do **PIB** de dois anos atrás, como o salário mínimo.

Essa regra e outra, atrelada à receita corrente líquida ou líquida de **impostos**, que corrige gastos com educação e saúde - duas fontes de gastos relevantes no orçamento - deram impulso forte à economia, que agora, pelo diagnóstico do Banco Central, passou a crescer acima de seu potencial. Foi um estímulo muito relevante.

O Ipea, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, calculou que os gastos públicos sociais, entre julho de 2023 e junho deste ano, subiram de 11,89% do **PIB** para 13,1 % do **PIB**, um acréscimo de 1,2% do **PIB**. Esse volume de recursos adicionais, algo como R\$ 130 bilhões em valores correntes, propiciou a surpresa do crescimento do **PIB** muito acima do previsto no segundo trimestre. Os gastos incluem benefícios previdenciários, os de prestação continuada, Bolsa Família, abono salarial e seguro desemprego e a previdência de funcionários públicos e militares. Quase todos seguem o esquema de correção do mínimo.

Os estímulos ocorreram ao mesmo tempo em que o BC tentava levar a **inflação** à meta de 3% com uma política de juros contracionista, o que significa alto custo do dinheiro para todos que se endividam, inclusive o maior devedor, o Estado. A **inflação**, que chegou a se aproximar da meta, hoje está longe dela, pela pressão do setor de serviços, do câmbio e agora, além de tudo, do clima.

O IPCA de setembro mostrou a volta das pressões dos preços dos alimentos, que exibiram deflação nos dois meses anteriores, e da energia, que contribuíram com 0,33 ponto da **inflação** de 0,44% do mês passado. O aumento dos dois itens pode ser atribuído à seca que afetou vastas regiões do país e para os quais a arma do aumento de juros é inapropriada - são choques de oferta.

Para acomodar esses choques, existe o intervalo da meta de **inflação**, feito para ser usado. Mas o BC está constringido a não fazê-lo. Primeiro, porque sua

margem de manobra é exígua. O IPCA deve romper o teto da meta e, pelas projeções do Focus, tem pouco espaço para acomodação em 2025 (IPCA de 3,9%). E o próximo presidente do BC, Gabriel Galípolo, não deverá mostrar hesitação diante da **inflação**, reafirmando sua independência cios interesses do Planalto - algo que, a contar por sua sabatina no Senado, será feito.

A eficácia da política monetária continua restrita pela política fiscal. O governo deveria se esforçar para cortar gastos e buscar o teto da meta fiscal, não seu piso, mirando um superávit primário de 0,25% do **PIB**, ou maior, em 2025, como era o plano original. Para fazê-lo, é preciso vontade política, até agora não demonstrada pelo presidente Lula.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009?page=1&section=1)**

# Isenção a quem ganha até 5 mil e taxa para milionários

**Rodrigo Péret**

O Ministério da Fazenda estuda criar um imposto mínimo para pessoas físicas a fim de garantir uma tributação efetiva da renda dos milionários no Brasil. A proposta seria uma contrapartida para bancar o aumento para R\$ 5 mil da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

A correção da tabela é uma promessa de campanha do presidente Lula (PT). O valor atual de isenção é de dois salários mínimos (R\$ 2.824).

A proposta em análise pelos técnicos de Fernando Hadadd acontece na esteira da criação do Imposto Mínimo Global, previsto em medida provisória editada na semana passada que estabeleceu um adicional à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as multinacionais com a finalidade de garantir a efetividade de uma alíquota mínima de 15%.

O imposto mínimo sobre as pessoas físicas milionárias teria uma alíquota a ser definida entre 12% ou 15% da renda. A sistemática de cobrança seria da seguinte forma: compara-se o valor da aplicação do imposto mínimo sobre a renda total da pessoa com o que ela efetivamente pagou pelo sistema atual.

Se o resultado for menor, o contribuinte deverá complementar a diferença no ajuste do IRPF. Integrantes do governo a par do

tema informaram que uma possibilidade é que o imposto mínimo seja cobrado sobre as pessoas físicas com renda acima de R\$ 1 milhão. Hoje, cerca de 250 mil de pessoas físicas fazem parte desse grupo. O debate se intensificou ao longo do último mês.

Algumas rendas isentas poderiam ficar fora da base de cálculo. No Brasil hoje, quanto mais alta a renda da pessoa física, a tendência é que seja menor o imposto que ela paga. E a chamada regressividade do sistema tributário brasileiro. O governo tem como meta tornar o sistema tributário mais progressivo.

Para o economista Helder Siqueira Júnior, se a ideia se tornar realidade, a estrutura ficará mais justa, uma vez que os super-ricos, que pagam uma parcela muito pequena de sua renda em **impostos**, pagarão **impostos** mais elevados.

"Não é possível dizer que esse movimento afastará os empresários. Isso só ocorreria se houvesse alternativas de investimento em países desenvolvidos com isenções tão significativas quanto as brasileiras, o que não ocorre, pelo contrário, inclusive".

## OS NÚMEROS

R\$ 1 milhão

por mês de renda valerá a taxa

de 12% a 15%

da renda dos milionários é a taxa

Tributar a propriedade é mais efetivo, diz Banco Mundial

Uma proposta de taxação global dos bilionários, como a pensada pelo governo Lula, permitiria uma tributação mais equitativa e contribuiria para arrecadar mais para combater as mudanças climáticas, mas não é suficiente para sanar os problemas fiscais da região.

Foi o que disse o economista-chefe para América Latina e Caribe do Banco Mundial, William Maloney, conforme relatório da entidade.

O Banco Mundial, em cálculos preliminares, estima que a medida teria potencial de arrecadação limitado a 0,1% do **PIB** na América Latina e Caribe. A proporção é menor do que a esperada para outras regiões. Nos Estados Unidos, por exemplo, o impacto potencial seria de 0,35% do **PIB** do país.

A estimativa consta em relatório publicado pela instituição ontem. No documento, o Banco Mundial defende, em contrapartida, que para "aumentar a equidade, promover o crescimento e gerar espaço fiscal", um caminho eficaz seria o aumento dos **impostos** sobre propriedade na região.

A contribuição potencial de um imposto sobre riqueza adequadamente administrado sobre propriedades, diz a instituição, é estimada em até 3% do **PIB** latino-americano e caribenho.

MALONEY defendeu taxação



MINISTÉRIO DA FAZENDA estuda criar o imposto mínimo para garantir uma tributação de renda efetiva no Brasil

Proposta do governo divide opiniões entre empresários

Empresários no Estado apresentaram pontos de vista distintos sobre a possibilidade de taxação de milionários. Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Espírito Santo (ABIH-ES), Fernando Otávio Campos, é preciso analisar essa medida em dois momentos.

Segundo Campos, hoje, a proposta seria extremamente negativa, pois cria mais imposto em quem efetivamente cria empregos e renda e não se tem nenhuma efetividade nos gastos ou no controle dos gastos

"Todos os brasileiros pagam muito imposto e não tem serviços públicos correspondente ao que se paga. Você paga **impostos** para ter saúde e precisa contratar um plano de saúde, entrar na justiça para ser atendido enquanto políticos e funcionários públicos de alto escalão tem atendido de lá".

Segundo ele, "no futuro", após realizado uma reforma administrativa e após aprovada a **Reforma Tributária** e ela consolidada, "será possível pensar em um processo que melhore a distribuição de Renda no País".

Já para o diretor da Federação do Comércio no Estado (Fecomércio-ES), José Carlos Bergamin, o aumento de **impostos** e tributações sempre significam atraso no desenvolvimento do País.

"Mas, ao mesmo tempo, o avanço tecnológico permitiu que alguns negócios produzissem muita riqueza concentrada. Logo, tributar o resultado, a riqueza, o lucro e não a cadeia produtiva para não encarecer, ainda mais, os produtos é boa alternativa".

SAIBA MAIS

Custo da isenção pode chegar a R\$ 50 bi

Promessa de campanha

A **CORREÇÃO** da tabela é uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O valor atual de isenção é de dois salários mínimos.

OCUSTODECORRIGIRafaixadcisenção do IRPF para R\$ 5.000 poderia chegar a R\$ 50 bilhões, se o

reajuste da tabela impactasse todas as faixas

de renda. A ideia da equipe econômica é reduzir o impacto para uma patamar em torno de R\$ 35 bilhões restringindo o alcance da isenção para a pessoa que efetivamente ganha R\$ 5 mil e diminuindo a cobrança para quem está próximo dessa faixa.

NESTE ANO. o presidente Lula aumentou a faixa de isenção e, com isso, a pessoa física com uma remuneração mensal de até R\$ 2.824 não paga o imposto.

Tributação mínima

O IMPOSTO mínimo sobre as pessoas físicas milionárias teria uma alíquota a ser definida entre 12% ou 15% da renda. A sistemática de cobrança seria da seguinte forma: compara-se o valor da aplicação do imposto mínimo sobre a renda total da pessoa com o que ela efetivamente pagou pelo sistema atual. Se o resultado for menor, o contribuinte deverá complementar a diferença no ajuste do IRPF.

UMA POSSIBILIDADE é que o imposto mínimo seja cobrado sobre as pessoas físicas com renda acima de R\$ 1 milhão. Hoje, cerca de 250 mil de pessoas físicas fazem parte desse grupo. O debate se intensificou ao longo do último mês.

"Tributar o lucro, e não a cadeia produtiva, para não encarecer os produtos, é uma boa alternativa"

José Carlos Bergamin. empresário

# Fazenda estuda taxar milionários no Brasil

O Ministério da Fazenda estuda a criação de um imposto mínimo para pessoas físicas para garantir uma tributação efetiva da renda dos milionários no Brasil. O debate sobre o tema está sendo feito de forma reservada na equipe do ministro Fernando Haddad como uma eventual contrapartida para bancar o aumento para R\$ 5.000 da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A correção da tabela é uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O valor atual de isenção é de dois salários mínimos (R 2.824).

O imposto mínimo sobre as pessoas físicas milionárias teria uma alíquota a ser definida entre 12% ou 15% da renda. A sistemática de cobrança seria da seguinte forma: compara-se o valor da aplicação do imposto mínimo sobre a renda total da pessoa, como ganhos de aplicações financeiras, salário, lucros e dividendos etc., com o que ela efetivamente pagou pelo sistema atual. Se o resultado for menor, o contribuinte deverá complementar a diferença no ajuste do IRPF. Essa seria uma forma alternativa, na prática, de tributar rendas isentas de quem é muito rico no Brasil. Entre elas, por exemplo, lucro e dividendos distribuídos para acionistas de empresas que não pagam Imposto de Renda. Integrantes do governo a par do tema informaram à reportagem que uma possibilidade é que o imposto mínimo seja cobrado sobre as pessoas físicas com renda acima de R\$ 1 milhão. Hoje, cerca de 250 mil de pessoas físicas fazem parte desse grupo. O debate se intensificou ao longo do último mês. Procurado pela reportagem, o Ministério da Fazenda não respondeu. Algumas rendas isentas poderiam ficar fora da base de cálculo. Esse ponto está sendo avaliado. No Brasil hoje, quanto mais alta a renda da pessoa física, a tendência é que seja menor o imposto que ela paga. É a chamada regressividade do sistema tributário brasileiro. O governo Lula tem como meta tornar o sistema tributário mais progressivo.

A proposta em análise pelos técnicos de Haddad acontece na esteira da criação do Imposto Mínimo Global, previsto em medida provisória editada na semana passada que estabeleceu um adicional à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as multinacionais com a finalidade de garantir a efetividade de uma alíquota mínima de 15%. Na equipe econômica, há uma preocupação de que o imposto mínimo não atropеле a **reforma tributária** estrutural da renda, que inclui a volta da tributação de lucro e dividendos associada à redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Essa é uma das discussões que envolvem

o debate sobre o envio ao Congresso da proposta de adoção do imposto mínimo para financiar a correção da tabela. O custo de corrigir a faixa de isenção do IRPF para R 5.000 poderia chegar a R\$ 50 bilhões, se o reajuste da tabela impactasse todas as faixas de renda. A ideia da equipe econômica é reduzir o impacto para um patamar em torno de R\$ 35 bilhões restringindo o alcance da isenção para a pessoa que efetivamente ganha R 5.000 e diminuindo a cobrança para quem está próximo dessa faixa.

Em 2024, o presidente Lula aumentou a faixa de isenção e, com isso, a pessoa física com uma remuneração mensal de até R 2.824 não paga o imposto. O valor ainda está distante da faixa prometida por Lula. Em 2023, o governo promoveu a primeira elevação do limite de isenção, após oito anos de congelamento da tabela. Na proposta de Orçamento de 2025, a correção não está prevista.

super-ricos

O imposto mínimo para as pessoas físicas está em linha com a proposta do economista francês Gabriel Zucman, de uma taxa global de super-ricos. A proposta foi levada pelo Brasil ao G-20. A ideia base do eco-

nomista prevê um imposto de 2% sobre o patrimônio de cerca de 3.000 pessoas que detêm mais de US1 bilhão ou R 5,15 bilhões (mais de cem deles na América Latina), o que geraria uma receita de US 250 bilhões. No início de setembro, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, antecipou que a reforma da renda deverá ser dividida em etapas, começando pela pessoa física. Algumas semanas depois, o próprio Haddad afirmou que apresentou a Lula cenários para a proposta da reforma da renda, cabendo ao presidente definir o melhor momento para enviá-la.

Para o economista-chefe para América Latina e Caribe do Banco Mundial, William Maloney, a proposta de taxa global dos bilionários permitiria uma tributação mais equitativa e contribuiria para arrecadar mais recursos para combater as mudanças climáticas, mas, no entanto, não é suficiente para sanar os problemas fiscais da região. O Banco Mundial, em cálculos preliminares, estima que a medida teria potencial de arrecadação limitado a 0,1% do **PIB** na América Latina

e Caribe. A proporção é menor do que a esperada para outras regiões. Nos Estados Unidos, por exemplo, o impacto potencial seria de 0,35% do **PIB** do país. A estimativa consta em relatório publicado pela instituição ontem.

## PROPRIEDADE

O Banco Mundial (BM) defende o aumento dos **impostos** sobre a propriedade na América Latina, que são muito inferiores à média mundial, apesar de 80% da riqueza da região estar concentrada em bens imóveis. Na região com as maiores desigualdades do mundo e com o crescimento econômico estagnado, elevar a arrecadação tributária tornou-se uma necessidade para muitos países. O Brasil, que este ano preside o G20, solicitou a criação de um imposto global para os super-ricos. Essa medida aumentaria os recursos para combater a pobreza e enfrentar o aquecimento global, argumenta o governo. Segundo a revista Forbes, existem 110 super-ricos na América Latina, com uma fortuna combinada de 530 bilhões de dólares, o equivalente a cerca de 2,96 trilhões de reais. "Os super-ricos são muito móveis e os ativos financeiros são fáceis de mover e esconder", e, embora "tenhamos avançado na coordenação global para rastrear fluxos financeiros, precisamos pensar em como complementar esses sistemas", afirma Maloney. Por isso, o Banco Mundial "foca mais em taxar a propriedade, que é menos móvel, mais fácil de monitorar e onde a maior parte da riqueza da América Latina está concentrada".

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Appy: tempo desafia reforma tributária

*Jéssica Sant"Ana e Lu Aiko Otta De Brasília*

O maior desafio de implementação da **reforma tributária** do consumo será o tempo. Mas o governo acredita que vai ser bem-sucedido, tanto na parte da regulamentação quanto na de desenvolvimento de sistemas, segundo o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. "Todos os técnicos da União, Estados, municípios e Receita falam: "olha, o desafio é grande, mas é viável de ser cumprido"", disse ao Valor.

Página A8

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009?page=1&section=1)**

# Tempo é principal desafio da reforma tributária sobre consumo, afirma Appy

*Jéssica Sant"Ana e Lu Aiko Otta De Brasília*

O maior desafio de implementação da **reforma tributária** do consumo será o tempo, mas o governo acredita que vai ser bem-sucedido tanto na parte da regulamentação, que vai envolver atos infralegais, quanto na parte de desenvolvimento de sistemas. A avaliação é do secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, em entrevista exclusiva ao Valor.

O Ministério da Fazenda criou na semana passada a segunda fase do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da reforma do consumo (PAT-RTC 2), com integrantes da União, Estados e municípios para acompanhar formalmente da tramitação no Congresso dos projetos de lei complementares (PLP 68 e 108, ambos de 2024) que regulam a emenda constitucional e para dar apoio às

administrações tributárias na implementação da reforma.

"O grande desafio é o do tempo. Esse é o principal desafio que nós temos, mas eu acho que vai ser bem-sucedido. Isso vale tanto para a parte do regulamento, até para que as empresas se ajustem, mas sempre lembrando que temos o ano 2026 de teste, como para a parte de sistemas", disse Appy. "Todos os técnicos da União, Estados, municípios e Receita falam: "olha, o desafio é grande, mas é viável de ser cumprido", completou.

A segunda etapa do PAT-RTC funcionará de maneira semelhante a quando o programa foi criado, em janeiro, para elaboração dos projetos de lei de regulamentação. Há a instância máxima, chamada de Comissão de Sistematização (Cosist), coordenada pessoalmente por Appy e responsável pela avaliação e consolidação de todo o trabalho realizado. Há o Grupo de Análise Jurídica e a Equipe de Quantificação - esta trabalhará na metodologia de cálculo da alíquota-padrão e das alíquotas dos regimes específicos.

Uma novidade é que o programa prevê apenas um gaipo técnico, que tratará sobre a implementação do split payment. Na primeira fase, eram 19 grupos. O split permitirá o recolhimento dos novos **tributos** - a Contribuição (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços

(IBS)-no momento da liquidação financeira da transação, o que não acontece hoje.

Appy admitiu que a implementação do split payment pode ser feita em etapas, mas disse que isso será discutido ao longo do grupo de trabalho, que teve sua primeira reunião nesta quarta-feira (9). O maior desafio será implementar o modelo "inteligente", que permite o recolhimento do tributo no momento da liquidação financeira. Já o simplificado, direcionado ao varejo, e o split com comunicação as-síncrona, que prevê o recolhimento em até três dias, são mais fáceis. O objetivo é que pelo menos esses dois últimos estejam funcionando em 2026 para a fase de testes.

Sobre a retirada do regime da urgência da **reforma tributária** no Senado, o secretário avaliou que a medida ajudou a destravar a tramitação do texto. "Era uma demanda do Senado. A nomeação do relator só saiu depois que retirou a urgência. Então, de certa forma, a retirada pode até ter ajudado a fazer com que o projeto ande", disse Appy, frisando que essa foi uma negociação política entre Fazenda e Senado.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) foi nomeado o relator do PLP 68, o principal projeto de regulamentação da reforma do consumo - ele já havia sido relator da emenda constitucional no ano passado. Ele apresentará na próxima quarta-feira (16) o cronograma de trabalho.

Appy disse estar confiante na aprovação do PLP 68 ainda neste ano, mesmo que o texto precise voltar à Câmara, se o Senado fizer modificações: "Seguimos otimista quanto à possibilidade de aprovação ainda este ano, tanto no Senado quanto na Câmara. Mas eu volto a falar, temos que respeitar o tempo político, mas a gente sentiu, do ponto de vista do senador Eduardo Braga, uma boa disposição de trabalhar para viabilizar a aprovação este ano".

O secretário contou que o PAT-RTC pode levar a Braga sugestões de mudanças no texto. Por enquanto, são mais ajustes técnicos para dar maior segurança jurídica ou trazer clareza para alguns itens. "Estamos fazendo uma varredura bastante ampla do projeto, de vários pontos, mas toda e qualquer mudança vai depender de uma decisão política."

O PLP 108, que trata da criação do comitê gestor do

IBS, ainda está em tramitação na Câmara - o texto-base foi aprovado, mas falta a votação dos destaques.

Questionado se o novo pacote de tributação enviado pelo governo ao Congresso pode prejudicar a tramitação dos projetos que regulamentam a reforma do consumo, o secretário negou. "A reforma do consumo tem certa autonomia. Ela é feita com o pressuposto de manutenção da carga tributária, então não tem nenhum impacto arrecadatório. Ela também tem um impacto muito importante de melhoria do ambiente de negócios. Então, eu acredito que a discussão da reforma da renda não deve contaminar a reforma do consumo."

"Acredito que a discussão da reforma da renda não deve contaminar a da reforma do consumo" Bernard Appy

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009?page=1&section=1)**

# Plástico pode entrar na mira de 'imposto do pecado'

**Murillo Camarotto De Brasília**

Representantes dos setores incluídos no projeto de lei do Imposto Seletivo reivindicaram ontem, no Senado, a retirada de seus produtos da lista de quem terá taxa extra no âmbito da **reforma tributária**. A única exceção foi um pedido para a inclusão do plástico de uso único, apresentada por uma organização internacional que trata da poluição nos oceanos.

O Projeto de Lei Complementar 68 prevê que o imposto seletivo, ou "imposto do pecado", será aplicado sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como tabaco, bebidas alcoólicas e combustíveis fósseis. Os setores defenderam a exclusão de seus produtos em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Na contramão, a organização internacional Oceana pediu que os plásticos de uso único e não recicláveis sejam incluídos na lista, por serem prejudiciais tanto à saúde quanto ao meio ambiente. O objetivo é que a taxa extra resulte na redução da produção e, conseqüentemente, do consumo.

Entre as principais conseqüências da proliferação do plástico, está a liberação de microplásticos no meio ambiente, que acabam sendo ingeridos por humanos. A ONG menciona um estudo publicado pela "Environmental Science Technology", que estimou que cada pessoa consome, em média, algo entre 74 mil e 121 mil partículas de microplástico a cada ano.

Lara Iwanicki, gerente da Oceana Brasil, lembrou na audiência que os impactos do plástico descartável são monitorados desde a década de 1970. "Temos poluição plástica em todas as praias do Brasil, do microplâncton à baleia", explicou, antes de citar os efeitos do material sobre a saúde humana.

Citou, ainda, exemplos de outros países, como o Reino Unido, que implementaram uma cobrança extra sobre os plásticos de uso único e usaram o dinheiro para aprimorar a reciclagem.

Segundo a entidade, o mundo produziu mais plástico nos últimos dez anos do que em todo o século passado. Como resultado, 15 milhões de toneladas de

resíduos chegam aos oceanos anualmente. O Brasil contribui com cerca de 325 mil toneladas anuais.

Todos os demais setores presentes pediram para sair da lista. A indústria do petróleo argumentou que a taxa extra poderia tirar a competitividade do setor. "Não se discute a decisão do Congresso, se discute a quantidade de elementos que podem tirar a atratividade para o investidor", argumentou Matias Lopes, gerente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP).

Representando o setor do gás, a presidente da MSGás, Cristiane Alckmin, apelou para a questão ambiental. Segundo ela, o combustível é estratégico não só para a indústria, mas para a geração de energia, normalmente substituindo o diesel, mais poluente. Os setores de cerveja, cachaça e fumo também se fizeram presentes.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), presidente do grupo de trabalho da **reforma tributária** na CAE, acredita que o pedido de inclusão do plástico "tem chances de prosperar", especialmente devido ao interesse do governo em ampliar a arrecadação. Já o relator do PLP 68, senador Eduardo Braga (MDB-AM) preferiu não comentar. O parlamentar ainda não está entrando no mérito dos pedidos apresentados pelos setores.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009?page=1&section=1>

# Cira investiga sonegação de ICMS superior a R\$ 90 milhões

A força-tarefa integrada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Receita Estadual, Polícia Civil e Polícia Militar deflagrou ontem a fase ostensiva da operação Héstia, que visa dismantelar um esquema de sonegação fiscal, associação criminosa, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro, além de recuperar recursos essenciais para o Estado.

O grupo empresarial investigado, que atua no setor de produção e comercialização de embalagens de alumínio, acumula mais de R\$ 90 milhões em dívidas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), cobradas em 72 processos tributários em aberto.

A associação criminosa utilizava métodos sofisticados para tentar burlar a ação do fisco, incluindo emissão de documentos fiscais falsos, criação de empresas de fachada, substituição frequente de "laranjas" na administração e a gestão dos estabelecimentos que mantinham o esquema, assim como a manutenção de empresas próprias para blindagem patrimonial dos beneficiários das fraudes.

Esse esquema não apenas drenava os cofres públicos, mas também comprometia a competitividade em Minas Gerais, prejudicando empresários que atuam dentro da legalidade e fomentando práticas desleais no mercado.

A operação Héstia, coordenada pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), em parceria com a 24ª Promotoria de Justiça de Contagem, reforça a importância de um ambiente de negócios justo e transparente, onde o empreendedorismo responsável é valorizado, assegurando a geração de emprego e renda para os mineiros.

Além disso, a recuperação dos recursos sonegados é crucial para o desenvolvimento das políticas públicas do Estado, como, por exemplo, a ampliação da merenda escolar e o fornecimento de medicamentos vitais para o atendimento aos pacientes em hospitais públicos, sendo um dos objetivos do comitê.

O nome da operação é uma referência à deusa grega do lar, em alusão ao setor de atuação do grupo, que se autointitula um dos maiores fabricantes de embalagens de alumínio do Brasil, com produtos

presentes em lares por todo o estado.

A operação contou com a participação de quatro promotores de Justiça, seis servidores do MPMG, um delegado e dez investigadores da Polícia Civil, 24 policiais militares e 40 servidores da Receita Estadual de Minas Gerais.

Na ação, foram cumpridas medidas de busca e apreensão em oito endereços nos municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Contagem, incluindo sete alvos comerciais e duas pessoas físicas, além de buscas pessoais em oito indivíduos.

Criado em 2007 pelo Decreto nº 44.525, o Cira é presidido pelo vice-governador de Minas Gerais e reúne a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Ministério público Estadual (MPMG), Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e a Advocacia-Geral do Estado (AGE).

Com uma atuação coordenada, o Cira tem sido essencial no combate à sonegação e fraude fiscal, já tendo recuperado e devolvido mais de R\$ 20 bilhões para o Estado de Minas Gerais desde sua criação.

-

Governo estuda imposto mínimo de ricos

O Ministério da Fazenda estuda a criação de um imposto mínimo sobre pessoas físicas para garantir uma tributação efetiva da renda dos milionários no Brasil. O debate sobre o tema está sendo feito de forma reservada na equipe do ministro Fernando Haddad como uma eventual contrapartida para bancar o aumento para R\$ 5.000 da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

A correção da tabela é uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O valor atual de isenção é de dois salários mínimos (R\$ 2.824).

O imposto mínimo sobre as pessoas físicas milionárias teria uma alíquota a ser definida entre 12% ou 15% da renda. A sistemática de cobrança seria da seguinte forma: compara-se o valor da aplicação do imposto mínimo sobre a renda total da pessoa, como ganhos



de aplicações financeiras, salário, lucros e dividendos etc., com o que ela efetivamente pagou pelo sistema atual. Se o resultado for menor, o contribuinte deverá complementar a diferença no ajuste do IRPF.

Essa seria uma forma alternativa, na prática, de tributar rendas isentas de quem é muito rico no Brasil. Entre elas, por exemplo, lucro e dividendos distribuídos para acionistas de empresas que não pagam Imposto de Renda.

Integrantes do governo a par do tema informaram à reportagem que uma possibilidade é que o imposto mínimo seja cobrado sobre as pessoas físicas com renda acima de R\$ 1 milhão. Hoje, cerca de 250 mil de pessoas físicas fazem parte desse grupo. O debate se intensificou ao longo do último mês.

Algumas rendas isentas poderiam ficar fora da base de cálculo. Esse ponto está sendo avaliado. No Brasil, hoje, quanto mais alta a renda da pessoa física, a tendência é que seja menor o imposto que ela paga. É a chamada regressividade do sistema tributário brasileiro. O governo Lula tem como meta tornar o sistema tributário mais progressivo.

A proposta em análise pelos técnicos de Hadadd acontece na esteira da criação do Imposto Mínimo Global, previsto em medida provisória editada na semana passada que estabeleceu um adicional à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as multinacionais com a finalidade de garantir a efetividade de uma alíquota mínima de 15%.

Na equipe econômica, há uma preocupação de que o imposto mínimo não atropеле a **reforma tributária** estrutural da renda, que inclui a volta da tributação de lucro e dividendos associada à redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). Essa é uma das discussões que envolvem o debate sobre o envio ao Congresso da proposta de adoção do imposto mínimo para financiar a correção da tabela.

**Site:**

**<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/425038-2/>**

# Governo estuda criar imposto mínimo para milionários para bancar isenção do IR

## DA REDAÇÃO

Com agências O Ministério da Fazenda estuda a criação de um imposto mínimo para pessoas físicas para garantir uma tributação efetiva da renda dos milionários no Brasil.

O debate sobre o tema está sendo feito de forma reservada na equipe do ministro Fernando Haddad como uma eventual contrapartida para bancar o aumento para R\$ 5.000 da faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física).

A correção da tabela é uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O valor atual de isenção é de dois salários mínimos (R\$ 2.824).

O imposto mínimo sobre as pessoas físicas milionárias teria uma alíquota a ser definida entre 12% ou 15% da renda. A sistemática de cobrança seria da seguinte forma: compara-se o valor da aplicação do imposto mínimo sobre a renda total da pessoa, como ganhos de aplicações financeiras, salário, lucros e dividendos etc., com o que ela efetivamente pagou pelo sistema atual. Se o resultado for menor, o contribuinte deverá complementar a diferença no ajuste do IRPF.

Essa seria uma forma alternativa, na prática, de tributar rendas isentas de quem é muito rico no Brasil. Entre elas, por exemplo, lucro e dividendos distribuídos para acionistas de empresas, que não pagam Imposto de Renda.

RENTA Integrantes do governo a par do tema informaram à Folha que uma possibilidade é que o imposto mínimo seja cobrado sobre as pessoas físicas com renda acima de R\$ 1 milhão. Hoje, cerca de 250 mil pessoas físicas fazem parte desse grupo. O debate se intensificou ao longo do último mês.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Fazenda não respondeu.

Algumas rendas isentas poderiam ficar fora da base de cálculo. Esse ponto está sendo avaliado. No Brasil hoje, quanto mais alta a renda da pessoa física, a tendência é que seja menor o imposto que ela paga. É a chamada regressividade do sistema tributário brasileiro. O governo Lula tem como meta tornar o

sistema tributário mais progressivo.

A proposta em análise pelos técnicos de Haddad acontece na esteira da criação do Imposto Mínimo Global, previsto em medida provisória editada na semana passada que estabeleceu um adicional à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) para as multinacionais com a finalidade de garantir a efetividade de uma alíquota mínima de 15%.

Na equipe econômica, há uma preocupação de que o imposto mínimo não atropеле a **reforma tributária** estrutural da renda, que inclui a volta da tributação de lucro e dividendos associada à redução do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica). Essa é uma das discussões que envolvem o debate sobre o envio ao Congresso da proposta de adoção do imposto mínimo para financiar a correção da tabela.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6356>

# Agenda Haddad deve garantir meta de 2024 (Artigo)

**Felipe Salto**

Felipe Salto ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN INVESTIMENTOS, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O PRIMEIRO DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI. EM 2023, FOI ELEITO O ECONOMISTA DO ANO PELA ORDEM DOS ECONOMISTAS DO BRASIL (OEB)

Os dados do Tesouro Nacional até agosto indicam qual será a tônica das ações da equipe econômica nos últimos quatro meses de 2024, visando a cumprir a meta fiscal: aproveitar o crescimento da arrecadação e conter o ritmo dos gastos não obrigatórios.

Vale lembrar, o objetivo de resultado primário do governo central é zero, mas com uma margem de tolerância de R\$ 28,8 bilhões e a exclusão, para o cálculo da meta, do suporte ao Rio Grande do Sul.

No último relatório bimestral, o déficit estimado pelo Executivo foi de R\$ 68,8 bilhões.

Possivelmente o déficit será menor, já que nem todos os créditos abertos em favor das regiões afetadas pelas enchentes deverão ser utilizados, a exemplo dos mais de R\$ 7 bilhões destinados ao leilão de arroz.

A arrecadação cresceu 8,8%, até agosto, descontada a **inflação**.

O crescimento do **PIB**, ao elevar a renda disponível, é acompanhado pelo aumento do consumo, da massa salarial e dos lucros, com os **tributos** incidentes sobre esses componentes seguindo a dinâmica da produção. E algumas medidas enviadas pela equipe econômica vêm surtindo efeito, embora não se saiba ao certo a contribuição de cada uma.

A Lei 14.592, de 2023, alterou a base de cálculo do PIS/Cofins, o que se somou ao retorno, a partir de meados de 2023, da incidência dessas contribuições sobre combustíveis. Até agosto, o PIS/Pasep cresceu 22,4% e a Cofins, 21,4%, em termos reais.

Já a Lei 14.754, de 2023, mudou a sistemática de tributação de fundos exclusivos e offshores, alavancando o IRRF-Capital e o IRPF, que tiveram avanços de 21,9% e 18,0%, respectivamente.

Outra medida que está rendendo bons frutos é a limitação ao uso de compensações tributárias oriundas de ação judicial, originada da Medida Provisória 1.202, de 2023. De janeiro a agosto, os débitos compensados com créditos obtidos dessa maneira registraram queda de R\$ 28,3 bilhões.

Como parte da arrecadação é constitucionalmente repartida, é mais relevante, do ponto de vista da União, o desempenho da chamada receita líquida, obtida da diferença entre receita total e transferências a Estados e municípios. Estas cresceram 8,4% até agosto, variação de magnitude inferior ao crescimento da arrecadação bruta, mas ainda bastante expressiva.

O caixa da União deverá ser reforçado adicionalmente nos próximos meses pelas medidas pactuadas com o Congresso como forma de compensar a desoneração da folha. Prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, a compensação só será possível por conta da atuação da equipe econômica junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Do lado dos gastos, as vinculações ao salário mínimo, conjugadas com a ampliação do número de beneficiários, elevaram em 3,4% os pagamentos de benefícios previdenciários e em 16,6% os desembolsos com o Benefício de Prestação Continuada.

Vale dizer, o dito pentefino dos gastos sociais se iniciou por esses dispêndios, uma vez que a ampliação expressiva verificada a partir de 2022 do público atendido por essas políticas não se justifica, do ponto de vista demográfico.

Outro conjunto de dispêndios tem seus desembolsos atrelados ao desempenho da arrecadação, como gastos com saúde, educação e emendas parlamentares.

Em consequência do ótimo desempenho das receitas, as despesas sujeitas à programação financeira com saúde avançaram, em 2024, R\$ 32,2 bilhões, a preços de agosto.

Resultado dessas vinculações e do auxílio ao Rio Grande do Sul, que nos oito primeiros meses do ano somou R\$ 11,9 bilhões, a despesa total cresceu 7,1%.

Porém, mais que um obstáculo ao atingimento da meta de primário deste ano, esses gastos vinculados indicam dificuldades para o novo arcabouço fiscal se consolidar nos exercícios subsequentes.

Isso pois o regramento impõe uma limitação de crescimento de 2,5% dos dispêndios, o que em 2024 será possível graças à contenção de gastos não obrigatórios.

Após o terceiro relatório bimestral, o Executivo vem adotando cortes de despesas discricionárias, além de um faseamento (liberação limitada mensalmente) nesses desembolsos.

Se por um lado as despesas discricionárias avançaram 16,7% no ano, por outro a margem de manobra do Poder Executivo descrita acima permitiu que esses gastos tivessem queda de 43,3% em agosto contra mesmo mês do ano anterior.

Possivelmente, o resultado em tal período foi afetado ainda pelo congelamento das emendas impositivas pelo STF, o que não invalida, de qualquer maneira, o movimento da equipe econômica para limitar os gastos de 2024, em consonância com o regramento fiscal.

São estas as duas peças-chave para o cumprimento da meta deste ano: alta das receitas e contenção possível das discricionárias.

Até agosto, o déficit primário foi de R\$ 100 bilhões, resultado 9,1% melhor que o verificado no mesmo período de 2023.

Com a exclusão dos dispêndios relativos ao Rio Grande do Sul, o saldo torna-se negativo em R\$ 88,1 bilhões. Consequentemente, o esforço fiscal adicional exigido no último quadrimestre é de R\$ 59,3 bilhões.

Não será simples, mas atingir a meta fiscal de 2024 está ao alcance das mãos do governo.

São estas as duas peças-chave para o cumprimento da meta fiscal deste ano: alta das receitas e contenção possível das discricionárias

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Banco Mundial melhora a projeção do PIB do Brasil

**BERNARDO LIMA** *bemardo.lima@bsb.oglobo.com.br*  
**BRASÍLIA**

O Banco Mundial (Bird) melhorou a projeção de avanço do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil este ano de 2% para 2,8%, ainda abaixo da estimativa do Ministério da Fazenda (3,2%), e da previsão da média do mercado (3%, segundo o Boletim Focus). Para 2025, o Bird projeta alta de 2,2%, segundo o relatório de Perspectivas Econômicas Globais divulgado ontem.

Segundo a instituição, a América Latina e o Caribe crescerão 1,9% em 2024, e 2,6% em 2025. Segundo o Bird, essas são as taxas mais baixas entre todas as regiões globais, destacando gargalos estruturais persistentes.

A Argentina e o Haiti são os únicos países da região que deverão ter retração este ano. A previsão é de recuo de 3,5% no **PIB** argentino, mergulho maior que os 2,8% previstos anteriormente, enquanto a economia haitiana deverá retroceder 4,20%.

Mas o Bird prevê uma forte recuperação da economia argentina nos próximos dois anos: 5% já em 2025 e 4,7% em 2026.

O Banco Mundial avalia que a decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de reduzir as taxas de juros vai beneficiar a região.

## PREVIDÊNCIA PREOCUPA

Em relação ao Brasil, o economista-chefe do banco para a América Latina e Caribe, William Maloney, destaca preocupação com o avanço de gastos na Previdência: - Acredito que o problema no Brasil é com os gastos de aposentadoria, na medida em que a população vai envelhecendo cada vez mais. A dívida do Brasil subiu no último ano e nós gostaríamos que isso fosse na direção oposta.

Sobre a Argentina, Maloney avalia que as duras medidas adotadas pelo presidente Javier Milei, que elevaram a crise social no país, foram necessárias.

-A Argentina teve um ano difícil (...) principalmente devido a ajustes fiscais bastante extremos que foram necessários -disse.

O economista do Bird avalia que baixar a **inflação** mensal de 25% para 4% foi uma conquista importante do governo argentino, que precisa colocar as contas fiscais em ordem e executar uma política monetária sensata.

- É um grande avanço e já estamos vendo certa recuperação do setor automotivo e algo no setor imobiliário - afirmou Maloney.

Segundo ele, o país deverá cumprir as metas estabelecidas no âmbito do empréstimo de US\$ 44 bilhões contratado junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo o relatório do Bird, depois da forte recessão em 2024 haverá um repique na economia argentina no ano que vem.

- Com o crescimento previsto de 5% no ano que vem, veremos uma melhora nos níveis de pobreza -prevê Maloney.

De acordo com as últimas estatísticas, a Argentina continua mergulhada em recessão. Apesar de a **inflação** mensal ter recuado para 4%, o país continua com uma das taxas mais altas do mundo (de 236,7% em 12 meses, pelo dado de agosto) e com metade da população na pobreza.

No relatório divulgado ontem, o Banco Mundial afirma que as autoridades monetárias de América Latina e Caribe "administraram o desafio" representado pela alta da **inflação** pós-pandemia "tão bem quanto seus pares nas economias avançadas, o que é mais um sinal da competência da gestão macroeconômica" dessas instituições.

O Bird também divulgou sua posição sobre propostas de taxação dos chamados super-ricos. O Brasil, que este ano preside o G20, solicitou a criação de um imposto global para os bilionários. A medida poderia aumentar os recursos para combater a pobreza e enfrentar o aquecimento global, argumenta o governo brasileiro.

Segundo o economista-chefe do Bird, melhor seria um aumento dos **impostos** sobre a propriedade na América Latina, onde, segundo o banco, são muito inferiores à média mundial, apesar de 80% da riqueza

estar concentrada em bens imóveis.

-A América Latina e o Caribe têm relativamente poucos bilionários, o que nos faz pensar em soluções complementares para garantir que os sistemas fiscais sejam progressivos. Por isso focamos mais em taxar a propriedade, que é menos móvel, mais fácil de monitorar e onde a maior parte da riqueza da América Latina está concentrada.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Taxar ricos não afeta déficit da AL, diz Banco Mundial

**Estevão Taiar De Brasília**

O imposto global sobre grandes fortunas proposto neste ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "poderia, muito provavelmente, gerar" os US\$ 250 bilhões anuais projetados em arrecadação. Entretanto, "esse imposto provavelmente não contribuiria muito para [reduzir] os déficits fiscais" de América Latina e Caribe, alcançando em "cálculos preliminares" arrecadação de 0,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) da região. A avaliação foi divulgada nesta quarta-feira pelo Banco Mundial em seu relatório semestral com projeções para o desempenho econômico da região.

Além de apresentar as estimativas, o relatório, intitulado "Taxar a riqueza para equidade e crescimento", discute a importância de as "pessoas com mais capacidade de pagamento carregarem sua parte do ônus" fiscal para que sejam realizados os investimentos necessários para o "combate às mudanças climáticas" e às desigualdades.

A proposta do governo brasileiro, elaborada pelo economista francês Gabriel Zucman, é taxar em pelo menos 2%, anualmente e em todo planeta, os patrimônios de pessoas físicas superiores a US\$ 1 bilhão. Zucman calcula que a alíquota poderia gerar US\$ 250 bilhões por ano em arrecadação.

No relatório, o Banco Mundial cita três fatores principais para a baixa arrecadação projetada com o imposto na América Latina e no Caribe: a existência de "relativamente poucos bilionários em relação à população" total na região, com 0,1 bilionário por milhão de habitantes na América Latina e no Caribe contra 2,1 bilionários por milhão de habitantes na América do Norte; o fato de os bilionários na região não serem "tão ricos quanto nas economias avançadas", com o patrimônio dos 10 maiores bilionários de América Latina e Caribe superando por pouco o patrimônio do maior bilionário dos EUA; o fato de as riquezas na região serem "extremamente móveis, o que significa que podem facilmente mudar de local para se evadir dos **impostos**".

"Assim, como no imposto de renda, provavelmente será necessário expandir a base do imposto sobre riquezas para aumentar significativamente as receitas", diz o Banco Mundial.

Para "aumentar a equidade, promover o crescimento e gerar espaço fiscal", a instituição defende que os países de América Latina e Caribe elevem os **impostos** sobre propriedades.

Segundo o Banco Mundial, apenas 2% da arrecadação dos países da região vem de **impostos** sobre propriedades, apesar de 80% da riqueza estar mantida em imóveis, mesmo entre os 10% mais ricos. O órgão multilateral lembra também que "administrativamente a propriedade é mais fácil de rastrear do que os ativos financeiros". Mas diz que o maior "paradoxo" envolvendo a tributação de propriedades na América Latina e no Caribe está ligado às "avaliações desatualizadas e imprecisas" dos valores dessas propriedades. Em alguns casos, os valores declarados são menores do que 10% das avaliações de mercado, segundo o Banco Mundial.

"Isso gera subvalorização, contas de **impostos** mais baixas para os proprietários de terras e possível regressividade", afirma. "Para enfrentar esses desafios, os governos da América Latina e do Caribe precisam aprimorar seus sistemas de avaliação fiscal, empregando novas plataformas digitais e modernizando cadastros para melhorar o mapeamento de propriedades, a coleta e o compartilhamento de dados."

No relatório, o Banco Mundial ainda destaca que os "**impostos** sobre riquezas passaram a ocupar um lugar central na agenda global, especialmente durante a presidência do Brasil do G20", que termina no fim deste ano.

Instituição defende que países de América Latina e Caribe elevem **impostos** sobre propriedades

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009?page=1&section=1>

# Conflito piora cenário econômico que já era ruim no Oriente Médio

**Luiza Palermo e Pedro Borg De São Paulo**

O crescente conflito entre Israel e grupos extremistas no Oriente Médio - Hamas e Hezbollah, além do próprio Irã-agrava ainda mais os problemas econômicos dos países da região, enquanto arrisca jogar Israel em uma crise que não é vista no país desde a década de 80.

Em um cenário global, os conflitos no Oriente Médio ameaçam afetar o comércio mundial, seja por ofensivas contra infraestruturas de energia ou por ataques a importantes vias de comércio marítimo, como o Mar Vermelho. A rota se tornou fonte de insegurança desde que os houthis do Iêmen começaram a atacar embarcações comerciais de aliados de Israel.

"Observando a economia global, os principais canais de impacto até agora têm sido os custos de transporte e os preços das commodities", disse Julia Kozack, diretora do Departamento de Comunicações do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os países do Oriente Médio são particularmente vulneráveis às crises e choques econômicos, o que pode exacerbar os efeitos da guerra. Um ano após o início de um conflito severo, os países da região perderam em média 2% do **PIB** per capita em comparação com o período anterior ao conflito, uma queda que pode chegar a 10% após dez anos, estima o FMI. Já países de outras regiões costumam ter uma queda semelhante após o primeiro ano, mas se recuperam após o quinto ano de conflito.

"O potencial para uma escalada maior do conflito aumenta os riscos e a incerteza, podendo ter ramificações econômicas significativas para a região e além", aponta Kozack. Ela ressaltou que as economias da região já sofreram um golpe muito duro com os conflitos, especialmente a Faixa de Gaza, onde a população civil "enfrenta condições socioeconômicas terríveis, uma crise humanitária e entregas insuficientes de ajuda".

O FMI estima que o **PIB** da Faixa de Gaza colapsou 86% no primeiro semestre de 2024, enquanto o **PIB** da Cisjordânia caiu cerca de 25% no mesmo período, com perspectivas de piora até o final do ano.

Já no Líbano, que começou na última semana a ser bombardeado de maneira mais ampla por Israel sob a justificativa de acabar com o Hezbollah e garantir a segurança da população do norte do país, deverá ter uma queda de 5% na economia neste ano devido aos embates entre o exército de Israel e o Hezbollah, segundo relatório da firma de pesquisa econômico BMI.

"Para o Líbano, está se tornando cada vez mais claro que o cenário que todos esperavam evitar está se materializando", disse Maya Senussi, economista-chefe para Oriente Médio da consultoria Oxford Economics. "Além das perdas humanas e do deslocamento em massa, a onda de ataques representa mais um golpe para a economia libanesa, com o declínio da produção se estendendo pelo sétimo ano consecutivo."

A Oxford Economics estima que uma guerra total - com ataques mais amplos à infraestrutura energética em todo o Oriente Médio e nas regiões do Golfo, além de mais interrupções nas rotas comerciais pelo Mar Vermelho - pode elevar os preços do petróleo para até US\$ 130 o barril - atualmente em torno de US\$ 75 - e reduzir em 0,4 ponto porcentual o crescimento do **PIB** global em 2025.

Se no restante do Oriente Médio os receios econômicos são de destruição da infraestrutura e continuidade de crises existentes, em Israel os temores para a economia são movidos pela fuga de investimentos estrangeiros e aumento no déficit das contas públicas.

"As coisas estão muito complicadas e as perspectivas não são animadoras", disse Esteban Klor, professor de economia da Universidade Hebraica de Jerusalém e pesquisador principal do Instituto Nacional de Estudos de Segurança. "Provavelmente teremos, pelo segundo ano consecutivo, uma queda do **PIB** per capita. Também temos grandes problemas fiscais, pois será o segundo ano consecutivo com um déficit fiscal muito alto, provavelmente próximo de 10%".

O **PIB** de Israel contraiu cerca de 20% no quarto bimestre de 2023, após o início do conflito, e o país teve apenas uma recuperação parcial no primeiro semestre deste ano, segundo o FMI.



A sibição negativa de Israel começou antes mesmo do dia 7 de outubro, com o avanço da impopular reforma do Judiciário apoiada pelo premiê Benjamin Netanyahu, que resultou em meses de enormes protestos de rua, com impacto negativo no ambiente para os negócios. A guerra na Faixa de Gaza e posteriormente os conflitos com outros grupos apoiados pelo Irã exacerbaram essa tendência.

Os países do Oriente Médio são particularmente vulneráveis às crises e choques. A insegurança local provocou uma enorme debandada do investimento estrangeiro no país, que caiu 29% em 2023 na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). A situação é ainda mais preocupante por afetar diretamente o setor de tecnologia de Israel, outrora o grande trunfo do país para projeção internacional e grande capta-dor de profissionais qualificados.

"O país, em geral, depende dessas tecnologias e dessas empresas para arrecadar **impostos** e exportações. Se não tivermos uma recuperação do setor de alta tecnologia em breve, isso pode ter implicações muito importantes a longo prazo em toda a economia do país", explica Klor.

O impacto econômico da guerra já começou a ser sentido pela população geral. Levantamento da Coface BDi, uma empresa de análise de negócios de Israel, aponta que cerca de 60 mil empresas no país deverão fechar este ano, bem acima da média anual de cerca de 40 mil. A maioria dessas empresas é de pequeno porte, com até cinco funcionários.

A **inflação** também começa a bater no bolso dos israelenses, com o índice de preços ao consumidor subindo para 3,6% em agosto, o nível mais alto em 10 meses, em comparação com 3,2% no mês anterior e acima da meta do governo, entre 1% e 3%. O temor é que esses resultados, acompanhados de baixo crescimento, coloque Israel em cenário de estagflação.

"As maiores preocupações que temos são que a economia entre em um ciclo de **inflação** relativamente alta acompanhada por uma recessão econômica. Isso obriga o Banco Central a manter o juro relativamente alto", disse Klor. "Só que isso não permite a retomada econômica. Este é um ciclo muito perigoso para a economia e é uma das questões que mais preocupam os economistas em Israel no momento, junto com o déficit fiscal".

Mas as implicações econômicas das tensões no Oriente Médio vão além dos países diretamente envolvidos no conflito e têm gerado consequências globais, especialmente devido às obstruções na rede

de comércio mundial causadas pelos houthis no Mar Vermelho. Segundo Jan Hoffmann, especialista em comércio da Unctad, algumas das nações que mais têm sofrido indiretamente com a guerra são pequenas ilhas que dependem do transporte marítimo.

"Países como Fiji (Oceania), Barbados (Caribe) e Comores (África) estão enfrentando dificuldades significativas, pois dependem mais do transporte marítimo e já pagam mais por ele, sem alternativas viáveis", afirmou Hoffman. "Na pandemia, quando o comércio global também foi paralisado, esses pequenos Estados insulares viram os preços de seus produtos subirem 8 pontos percentuais. Agora, a situação se repete. Mesmo que seu comércio não transite pelo Canal de Suez, eles também estão pagando mais pelas importações".

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009?page=1&section=1>

# Tributação e meio ambiente preservado (Artigo)

**ÁLVARO FERNANDO MOTA - ADVOGADO**

Depois de aprovarem uma proposta de emenda constitucional que altera sobremaneira a organização tributária do país, os congressistas têm se debruçado sobre o que a gente pode chamar de um desenho lógico e usual do sistema de tributação agora simplificado. Um dos campos em que pode haver benefícios porque isso repercutiria favoravelmente a toda a sociedade é a produção de alimentos.

No que concerne ao setor agrícolas, à mesa estão propostas que preveem benefícios substanciais a produtores agropecuários, notadamente àqueles menores, com faturamento anual de até R\$ 3,5 milhões, o que no milionário mundo do agronegócio brasileiro se constitui a imensa maioria, ou seja, um menor peso de carga tributária sobre a atividade agropecuária, neste aspecto, certamente pode ser favorável não aos grandes, mas à maioria dos produtores.

Há ainda que se lembrar que no bojo das propostas reducionistas de **tributos** na economia rural voltada para a produção agropastoril, tem-se os alimentos que compõem a cesta básica em lista de menor carga tributária, algo que a priori pode favorecer inclusive a agricultura familiar, mas que ao fim e ao cabo pega do brasileiro sem renda ao bilionário que come arroz, feijão, carne, ovos, leite etc.

Vale essa perspectiva de uma repercussão geral de menor pagamento de imposto sobre o consumo de alimentos no que diz respeito também à previsão de que se isentam do pagamento de **impostos** os tratores e demais máquinas e implementos agrícolas usados nas atividades agropecuárias.

Há que se cuidar, assim, para que a redução de carga tributária no custeio e no investimento no setor agropecuário possa resultar em benefício de menor custo para a produção de alimentos e matérias-primas oriundas do campo. Isso já seria algo muito positivo, considerando que talvez nenhuma cadeia produtiva esteja tão sujeita a efeitos de sazonalidade quanto a agropecuária.

A variação a maior no preço favorece o produtor, que pode ter perdas tanto pelo aumento de seus custos, por redução de produção e produtividade, quanto por

ampliação sazonal de oferta, que ao favorecer o consumidor com queda de preço tira ou até anula ganhos de quem produz.

Assim, uma **legislação tributária** que reduza sobre o setor agropecuário parece um avanço.

Ocorre é que pode ser que se consiga avançar ainda mais, se não em favor diretamente do produtor, mas em razão dos interesses da sociedade - e neste caso é preciso bem mais do que criar espaços de respiro para menos pressão tributária sobre quem cria e cultiva a terra. É razoável que se pense em mecanismos tributários capazes de premiar aqueles que protegem os ativos naturais renováveis por meio de práticas agropecuárias conservacionistas e sustentáveis.

Essa ideia de diferenciação tributária para práticas ambientais logicamente que não é nova - embora seja inovadora. O Estado do Piauí, por exemplo, desde 2008 tem lei estadual que criou o ICMS Ecológico para contemplar com um aporte de recursos arrecadados para aqueles municípios com mais e melhores práticas socioambientais. Será preciso fazer com que práticas agropecuárias sustentáveis também recebam benefícios fiscais.

Considere-se, neste caso, que o benefício fiscal não é um elemento de competição econômica pela atração de investimentos e investidores. Trata-se muito mais de uma visão de longo prazo para preservar os ativos naturais e sustentáveis - que podem inclusive gerar novas receitas como as vendas de créditos de carbono, por exemplo.

Então, pensar em uma **legislação tributária** que contemple essa visão de futuro sustentável parece bastante razoável.

**ÁLVARO FERNANDO MOTA - ADVOGADO**

Site: <https://www.jornalmeio.com/jornais/20241010>

# Para Haddad, aumento do IPCA é temporário

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o crescimento da **inflação** registrado no mês de setembro é temporário e culpou a seca pelo fato. O chefe da equipe econômica afirmou ainda que o Banco Central precisa ter cautela ao definir a taxa básica de juros da economia (Selic) e que a alta dos juros não reverte o impacto da estiagem.

"A gente está com essa questão da seca. Você vê o dado de hoje do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), ele demonstra claramente que os núcleos estão bem comportados, mas que a seca está afetando dois preços importantes: energia e alimentos. Isso não tem a ver com juro, juro não faz chover", disse a jornalistas.

O IPCA do mês passado, divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que a **inflação** do país acelerou para 0,44%. Os maiores impactos sobre o índice foram o preço da energia, que teve alta pela mudança da bandeira tarifária e o preço dos alimentos.

Segundo o ministro, a alta dos preços em setembro está relacionada com um "choque de oferta", o que teria gerado pressões inflacionárias momentâneas. "É temporário, não é uma coisa que vai se estender no tempo. Daqui a pouco a chuva chega, e as coisas voltam ao normal, os preços voltam ao normal", afirmou. "Mas isso tem que ser analisado (pelo Banco Central) com a devida cautela, para não tomar uma decisão equivocada em função de uma questão climática temporária, não é permanente", acrescentou Haddad.

galípolo

Em relação à aprovação pelo Senado de Gabriel Galípolo para a presidência do Banco Central, o ministro Fernando Haddad Central disse que o resultado demonstra maturidade institucional. O indicado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu 66 votos a favor e 5 contra no plenário. Não houve abstenções. Durante o escrutínio de terça-feira, Galípolo foi poupado e até elogiado pelos senadores da oposição. Com isso, obteve o placar com maior folga no plenário para uma indicação à presidência do BC ao menos desde 1999, ano do início do regime de metas de **inflação**. "Eu penso que foi muito saudada a maturidade com que a sabatina foi feita e a votação, muito expressiva. Penso que é um sinal de que institucionalmente as coisas vão bem", afirmou o ministro.

De acordo com Haddad, Galípolo levará ao presidente Lula os três nomes escolhidos para as diretorias do BC que ficarão vagas em 2025. O chefe do Executivo deve indicar os substitutos de Carolina de Assis Barros (Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta) e de Otavio Damaso (Fiscalização), além de escolher alguém para a diretoria de Política Monetária, hoje ocupada por Galípolo. "Nós imaginamos que em novembro seja possível sabatiná-los já. Nós vamos primeiro submeter os nomes ao presidente para depois levar ao senador Rodrigo Pacheco [presidente do Senado] as indicações para que ele possa fixar uma data junto à CAE e depois ao plenário", disse.

A cúpula do BC pode se tornar 100% masculina em 2025 se o presidente Lula não indicar ao menos uma mulher para as vagas que serão abertas na instituição. Questionado sobre o tema, Haddad disse que o governo se preocupa, sim, com a questão de gênero na autoridade monetária. Na sabatina, Galípolo disse ter recebido de Lula liberdade para tomada de decisões no BC. Para o ministro, o novo presidente da instituição -, seu ex-número 2 na Fazenda - é uma pessoa técnica, assim como os demais diretores da autarquia. "Nós temos procurado escolher pessoas que tenham um grau de maturidade técnica para julgar a melhor estratégia de combater a **inflação**, trazê-la para a meta. Agora temos um regime de meta contínua, é uma realidade saudada pelos especialistas. Estamos no bom caminho", disse.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Inflação acelera para 0,44% em setembro

O índice oficial de **inflação** do Brasil acelerou em setembro com a pressão da crise climática sobre os preços da energia elétrica e de alimentos como carnes e frutas, apontam dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve alta de 0,44% no mês passado, após leve queda (deflação) de 0,02% em agosto.

A variação de 0,44% é a maior para setembro desde 2021 (1,16%).

No Distrito Federal, o IPCA registrou uma variação de 0,26% em setembro, conforme análise do Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF) baseada nos dados do IBGE. Esse resultado coloca a capital federal com a quarta menor **inflação** entre as 16 capitais pesquisadas, ficando abaixo da média nacional, que foi de 0,44%.

No acumulado de 12 meses, a alta do IPCA a nível nacional acelerou de 4,24% até agosto para 4,42% até setembro. Com isso, o índice ficou mais próximo do teto da meta de **inflação** para o fechamento deste ano (4,5%). "Tanto no caso da energia elétrica quanto nas carnes e frutas, fatores climáticos contribuíram para pressionar os preços", disse o gerente da pesquisa do IPCA, André Almeida. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, dois tiveram maior influência para a alta do índice oficial em setembro.

São os casos de habitação (1,8%) e alimentação e bebidas (0,5%), que responderam por 0,27 ponto percentual e 0,11 ponto percentual, respectivamente.

O resultado de habitação está associado à energia elétrica. O subitem passou de baixa de 2,77% em agosto para alta de 5,36% em setembro com a entrada em vigor da bandeira vermelha patamar 1 no mês passado.

A cobrança adicional nas contas de luz é uma resposta à seca de proporções históricas no país. A estiagem ameaça os níveis de reservatórios de hidrelétricas e força o acionamento de usinas termelétricas, que são mais caras. O calor também tende a elevar o consumo de luz.

Sozinha, a energia elétrica respondeu por 0,21 ponto percentual do IPCA de setembro. É possível que haja nova pressão em outubro.

Isso pode ocorrer porque a Agência Nacional de

Energia Elétrica (Aneel) acionou a bandeira vermelha patamar 2 neste mês, o que deixa as tarifas ainda mais caras.

No caso de alimentação e bebidas, a alta de 0,5% veio depois de dois meses de queda dos preços. A alimentação no domicílio, que integra o segmento, avançou 0,56%, também após duas baixas.

Almeida afirmou que o resultado foi influenciado, em grande parte, pelo aumento dos preços das carnes (2,97%) e das frutas (2,79%). A **inflação** das carnes foi a maior desde dezembro de 2020 (3,58%).

"Falando especificamente das carnes, a forte estiagem e o clima seco foram fatores que contribuíram para a diminuição da oferta", disse Almeida. "É importante lembrar que tivemos quedas observadas ao longo de quase todo o primeiro semestre de 2024, com alto número de abates [de gado]. Agora, o período de entressafra está sendo intensificado pela questão climática", completou o técnico do IBGE.

Individualmente, o instituto ressaltou os aumentos de 10,34% do mamão, de 10,02% da laranja-pera, de 4,02% do café moído e de 3,79% do contrafilé. Do lado das quedas, destacam-se a cebola (-16,95%), o tomate (-6,58%) e a batata-inglesa (-6,56%).

"Depois de dois meses de deflação, os preços da alimentação no domicílio voltaram a subir no mês passado. Esse movimento tem um componente sazonal e também uma relação com a seca e as queimadas que têm prejudicado a produção de diversas culturas agrícolas", afirmou Claudia Moreno, economista do C6 Bank.

"A alta dos preços dos alimentos, que já havia sido captada pelos indicadores de **inflação** no atacado, está sendo agora repassada ao consumidor", acrescentou (Da Folhapress).

0,26% FOI A ALTA DA **INFLAÇÃO** NO DISTRITO FEDERAL

**Site:**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18149>

# O compromisso de Gabriel Galípolo (Editorial)

Pouca gente ainda se lembra, mas em 2010 Alexandre Tombini, indicado pela recém-eleita presidente Dilma Rousseff para a presidência do Banco Central (BC), foi aprovado com louvor em sabatina no Senado. Na ocasião, Tombini prometeu solenemente fazer o que fosse necessário para cumprir as metas de inflação e exercer seu trabalho com autonomia.

Passados quase 15 anos, hoje sabemos que Tombini se tornou praticamente um ministro de Dilma, cedendo às pressões da presidente para segurar os juros mesmo diante da escalada da inflação.

Não se quer com isso dizer que Gabriel Galípolo, futuro presidente do Banco Central, terá o mesmo destino, mas é bom desconfiar. Aprovado com folga em sua sabatina no Senado, Galípolo não apenas assegurou que o Banco Central continuará autônomo e independente, especialmente nas decisões sobre a evolução dos juros, como fez questão de dizer que tal imperativo partiu dos próprios senadores.

Ocorre que o presidente da República é Lula da Silva, que a cada dia se parece mais com Dilma Rousseff no que diz respeito ao ímpeto gastador e à ojeriza à austeridade. Crítico feroz da alta dos juros para combater a inflação, Lula não esconde que gostaria de ver o presidente do Banco Central atuando em sintonia com seus projetos desenvolvimentistas.

Enquanto Galípolo era sabatinado, o presidente voltou à carga, num evento com ruralistas. Ao se dizer muito feliz pelo fato de que a economia está "razoável", Lula comentou que "a taxa de juros é alta, mas ela haverá de ceder". Não é por acaso que a indicação de Galípolo para o BC gerou tantas dúvidas no mercado.

Galípolo é um jovem economista formado na heterodoxia e que até aqui mostrou melhor desenvoltura como político do que como administrador de banco - sua única experiência no mercado, presidindo o Fator por quatro anos, resultou em três anos de prejuízo e apenas um de lucro, e na sua despedida o rating do banco foi rebaixado para grau especulativo. Seu bom trânsito com economistas próximos de Lula e do PT o ajudou a integrar o Ministério da Fazenda de Fernando Haddad. Chegou a ser chamado de "menino de ouro" por Lula.

Tombini, é bom lembrar, era funcionário do BC desde

1998 e teve passagens pelo FMI. Ou seja, definitivamente não era um novato nem um despreparado quando chegou à presidência do BC. Mesmo assim, não resistiu à pressão de Dilma Rousseff para moldar a política monetária a seus delírios econômicos, que resultaram em inflação e recessão. Nada garante, portanto, que Galípolo conseguirá cumprir os compromissos que assumiu solenemente perante os senadores na sabatina.

É fato que, na época de Tombini, o BC não tinha autonomia formal, que hoje é garantida por lei. Mesmo assim, é preciso esperar para saber se Galípolo terá força para exercer essa autonomia, ou mesmo se terá interesse em contrariar o presidente da República, decerto preocupado em criar condições para melhorar suas chances numa eventual campanha à reeleição, o que passaria pela redução forçada dos juros mesmo diante de uma pressão inflacionária, como fez Dilma.

Até aqui, não se sabe se por cálculo ou por convicção, Galípolo tem se comportado de maneira exemplar como diretor de Política Monetária do BC.

Com uma única exceção, Galípolo votou com os demais diretores quando o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu aumentar os juros, a despeito da cara feia de Lula.

Em maio, Galípolo e outros três diretores votaram pelo corte de 0,5 ponto porcentual (p.p.), mas prevaleceu a queda de 0,25 p.p., decidida pelos demais cinco membros do colegiado.

Neste ano, ainda sob a presidência de Roberto Campos Neto, haverá mais duas reuniões, em novembro e dezembro.

Mais do que a definição dos juros em si, o placar do colegiado será acompanhado como uma espécie de termômetro do que esperar do comando de Galípolo. No entanto, será na presidência efetiva do BC que o "menino de ouro" de Lula terá o dever de provar que suas palavras na sabatina eram mesmo para valer.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Inflação vai a 0,44% em setembro e se aproxima de teto da meta do BC

**DANIELA AMORIM E AMANDA PUPO**

Depois de ter surpreendido o mercado e registrado queda de 0,02% em agosto, a **inflação** no Brasil voltou a acelerar em setembro.

Segundo dados divulgados ontem, pelo IBGE, o IPCA, índice oficial de **inflação** no País, ficou em 0,44% no mês passado, puxado principalmente pelo aumento da energia elétrica - que passou de -2,77% em agosto para 5,36% em setembro, com a vigência da bandeira tarifária vermelha patamar 1, que acrescenta R\$ 4,463 na conta de luz a cada 100 quilowatts/hora (kWh) consumidos.

Com o resultado de setembro, a **inflação** acumulada em 12 meses se aproximou bastante do teto da meta perseguida pelo Banco Central (BC), ficando em 4,42%. No acumulado até agosto, o índice estava em 4,24%. A meta da autoridade monetária é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Para analistas, o risco de estouro da meta se tornou maior com o acionamento da bandeira vermelha patamar 2 neste mês de outubro, que acrescenta R\$ 7,877 para cada 100 kWh consumidos. Além disso, a aceleração da **inflação** acaba dando mais força à decisão recente do BC de iniciar um ciclo de alta das taxas de juros - na última reunião do Copom, no mês passado, a Selic foi elevada de 10,5% para 10,75% ao ano.

Segundo o IBGE, fatores climáticos impulsionaram os preços dos produtos com grande peso na composição do IPCA (mais informações na pág. B2).

De acordo com o IBGE, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, dois tiveram maior influência nos resultados de setembro: habitação (1,80%) e alimentação e bebidas (0,50%), que contribuíram com 0,27 ponto e 0,11 ponto percentual, respectivamente.

No grupo habitação, além do reajuste da energia, também se destacou o aumento do botijão de gás (2,40%).

No grupo alimentação e bebidas, segundo o IBGE, a alimentação no domicílio teve alta de 0,56%, após dois meses consecutivos de queda. "Foram observados

aumentos nos preços do mamão (10,34%), da laranja-pera (10,02%), do café moído (4,02%) e do contrafilé (3,79%).

No lado das quedas, destacam-se a cebola (-16,95%), o tomate (-6,58%) e a batata-inglesa (-6,56%)", diz a nota.

No grupo transportes, por sua vez, houve aumento significativo de preços das passagens aéreas (4,64%). "Em relação aos combustíveis (-0,02%), gasolina (-0,12%) e óleo diesel (-0,11%) apresentaram quedas, enquanto o etanol (0,75%) e o gás veicular (0,03%) registraram alta nos preços." META MANTIDA. O secretário de Política Econômica da Fazenda, Guilherme Mello, disse ontem que o governo ainda trabalha com a **inflação** de 4,25% no final do ano, portanto, dentro da meta. "Seguimos com a mesma projeção que divulgamos no último boletim macrofiscal", disse.

Em alta

Energia elétrica passou de -2,77% em agosto para 5,36% em setembro, com a mudança de bandeira

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# "A inflação pode até passar de 5% neste ano"

## MÁRCIA DE CHIARA

ENTREVISTA: Heron do Carmo, Economista e professor da FEA/USP, foi coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe

O economista Heron do Carmo, professor sênior da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, está preocupado com a **inflação** e não descarta a possibilidade de que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerre este ano acima de 5%.

"Acho que nós vamos começar o ano em uma situação pior em termos de **inflação**", alerta Heron, um dos maiores especialistas do País sobre o tema.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como é que o senhor está vendo o desempenho da **inflação** neste momento?

Devido a uma série de fatores, como por exemplo a questão climática, além do fato de a **inflação** no final do ano passado ter sido muito baixa para o padrão - tivemos um único mês com uma **inflação** um pouco mais elevada, que foi em dezembro do ano passado, superando 0,5% -, tudo indica que nós teremos um resultado de superação do teto da meta este ano (4,5%).

Vai passar de 4,5%?

Vai passar de 4,5%. Provavelmente, já no próximo mês tem condição de passar de 4,5%.

Qual é a sua projeção?

A minha projeção depende de uma série de fatores. Principalmente em dezembro, pode ter alguns fatores que aliviem um pouco relativamente em relação ao ano passado. Mas acho que o mais provável é que a **inflação** fique na faixa de 4,7%, 4,8%, podendo até chegar a 5% este ano.

Por quê?

Porque tem uma pressão de preço de alimentos. Tem a questão da energia elétrica que talvez continue com a bandeira 2, vermelha.

Então, a minha expectativa é de que nós tenhamos uma **inflação** significativamente acima do teto da

meta. O que poderia aliviar é essa questão do combustível, o petróleo andou com preço menor. Mas agora, com essa tensão no Oriente Médio, também até isso pode piorar. O mais provável é que nós tenhamos uma **inflação** entre o teto e 5%. E não está descartada a possibilidade de passar do 5%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Governos estão cada vez maiores e mais ineficientes

## I TRADUÇÃO RODRIGO TURRER

É possível sentir que os governos não são tão competentes quanto já foram um dia. Ao entrar na Casa Branca em 2021, o presidente Joe Biden prometeu revitalizar a infraestrutura americana.

Na verdade, os gastos com estradas e ferrovias diminuíram.

Um plano para expandir o acesso à internet banda larga rápida para americanos em zonas rurais até agora não ajudou absolutamente ninguém.

O Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido consome cada vez mais dinheiro e oferece um cuidado cada vez pior. A Alemanha desativou suas últimas três usinas nucleares no ano passado, apesar das incertezas sobre fornecimento de energia. Os trens do país, que uma vez foram fonte de orgulho nacional, agora frequentemente atrasam.

Você também pode ter notado que os governos estão maiores do que já foram. Enquanto em 1960 os gastos estatais pelo mundo desenvolvido eram equivalentes a 30% do **PIB**, agora estão acima de 40%. Em alguns países, o crescimento do poder econômico do Estado tem sido ainda mais dramático. Desde meados dos anos 1990, os gastos governamentais do Reino Unido subiram seis pontos percentuais do **PIB**, enquanto os da Coreia do Sul aumentaram dez pontos. Tudo isso levanta um paradoxo: se os governos são tão grandes, por que são tão ineficazes?

A resposta é que eles se tornaram o que pode ser chamado de "Leviatãs Pesados". Nas últimas décadas, os governos realizaram uma enorme expansão nos gastos com direitos. Como não houve um aumento correspondente nos **impostos**, a redistribuição está deslocando gastos em outras funções do governo.

Isso, por sua vez, está prejudicando a qualidade dos serviços públicos e das burocracias.

O fenômeno pode ajudar a explicar por que as pessoas pelo mundo desenvolvido têm tão pouca fé nos políticos. Isso também pode ajudar a explicar por que o crescimento econômico pelo mundo desenvolvido é fraco pelos padrões históricos.

Os Estados Unidos, que têm alguns dos melhores dados fiscais, mostram como um governo se tornou um "Leviatã Pesado".

No início dos anos 1950, os gastos estatais com serviços públicos, incluindo tudo, desde pagar salários de professores a construir hospitais, equivaliam a 25% do **PIB** do país. Ao mesmo tempo, os gastos com direitos, definidos de forma ampla, eram um pequeno item, com despesas tanto em pensões quanto em outros tipos de assistência social equivalentes a cerca de 3% do **PIB**. Hoje, a situação é bem diferente. Os gastos do governo americano com direitos aumentaram, e os gastos com serviços públicos despencaram.

Ambos igualam cerca de 15% do **PIB**.

Outros países seguiram um caminho similar. Examinamos dados de **PIB** de longo prazo, olhando quanto os governos gastam a cada ano em benefícios sociais e transferências. Isso inclui direitos-padrão, como pensões e créditos fiscais, mas também a provisão de transferências "em espécie", como descontos em seguro saúde e ajuda com habitação.

Ambos os tipos se tornaram muito maiores. Em média, entre os países da OCDE com dados disponíveis, o gasto social subiu de 14% do **PIB** em 1980 para 21% em 2022.

PROMESSAS. Além disso, as estatísticas convencionais subestimam a escala da mudança. Os governos acumularam fora do balanço obrigações incrivelmente elevadas para distribuir dinheiro no futuro. Adaptando o trabalho de James Hamilton da Universidade da Califórnia, San Diego, estimamos que o governo federal dos EUA fez promessas de compensações a diferentes grupos no valor agregado de seis vezes o **PIB** dos EUA. Além da dívida pública relatada, o Tio Sam garante os depósitos bancários das pessoas, pagamentos de assistência médica e hipotecas.

Ele também precisará cumprir promessas a futuros aposentados.

Na história do Estado moderno, isso representa um compromisso financeiro singularmente grande.



Parte do aumento nos gastos com direitos sociais foi inevitável.

Em 2022, havia 33 milhões de pessoas com mais de 85 anos no mundo rico, representando 2,4% da população total - um aumento significativo em relação aos 5 milhões, representando 0,5% da população total, em torno de 1970. Os governos não se ajudaram ao falhar em aumentar a idade de aposentadoria: uma pessoa no mundo rico atualmente se aposenta aos 64 anos, idade similar à do final dos anos 1970. Mas teria sido difícil (e imprudente) impedir que os gastos com pensão crescessem.

Como os direitos dos idosos tendem a ser universais - nos países europeus, por exemplo, há pouca provisão de pensão privada - mais cheques estão indo para os mais ricos. Estimamos que, na OCDE, entre um quinto e um terço dos gastos com direitos sociais, em uma definição ampla, vai para os 20% mais ricos das famílias. O governo americano gasta cerca de US\$ 400 bilhões (R\$ 2,18 trilhões), ou aproximadamente metade do orçamento do Departamento de Defesa, em transferências para o quintil (20%) de maior renda.

Em 2019, uma família média no 1% superior recebeu US\$ 16 mil (R\$ 87 mil) em transferências do Tio Sam, incluindo segurança social e Medicare.

As transferências para a população em idade ativa aumentaram ainda mais rapidamente, tornando o sistema mais redistributivo.

Em 1980, o quinto inferior dos americanos recebia transferências baseadas em teste de meios igual a um terço de seus ganhos brutos. Até o final dos anos 2010, essa figura dobrou, antes de a pandemia de covid-19 elevá-la ainda mais. Um padrão semelhante é evidente no Canadá e na Finlândia, dois outros países com bons dados.

**EFEITO DE CATRACA.** Os gastos frequentemente seguem um efeito de catraca. Por exemplo, desde os anos 1970, a parcela de americanos em programas de auxílio alimentar dobrou, para uma em cada oito pessoas. Em recessões, o número de beneficiários sobe como um foguete; depois, cai como uma pena.

De forma geral, os governos se tornaram mais generosos em tempos de dificuldade. Durante a pandemia, eles distribuíram dinheiro para trabalhadores e empresas afetadas, bem como para muitas que continuavam operando quase normalmente. Ao longo da crise energética de 2022, muitos governos jogaram a cautela ao vento. Até mesmo o governo alemão, historicamente entre os mais econômicos, destinou 4,4% do **PIB** para medidas

protegendo domicílios e empresas de seus efeitos. Mais recentemente, alguns perderam o controle. Na Itália, um projeto para incentivar proprietários a tornarem suas casas mais sustentáveis saiu do controle, com o governo até agora distribuindo apoio no valor de mais de  $\approx$  200 bilhões (R\$ 1,2 trilhão, ou 10% do **PIB**).

**NIRVANA NÓRDICO.** Um aumento nos gastos com direitos sociais não é necessariamente um problema se os governos conseguirem se financiar de maneira adequada e eficiente. A economia tradicional diz que o custo social da redistribuição vem dos incentivos distorcidos que **impostos** e gastos sociais podem criar. Estes não podem ser julgados apenas pelo tamanho da redistribuição - o design do sistema é o que mais importa. Países escandinavos há muito sustentam grandes Estados ao lado de economias de mercado prósperas, em parte financiando a redistribuição com altas taxas de IVA, um dos **impostos** menos distorcidos, e mantendo baixos os **impostos** sobre o capital, que são particularmente prejudiciais ao crescimento.

Mas, nos últimos anos, os políticos preferiram agir como se gastos extras pudessem ocorrer com pouca ou nenhuma nova tributação de qualquer tipo.

Dos anos 1960 aos anos 1990, a arrecadação de **impostos**, como parte do **PIB** do mundo rico, cresceu de maneira constante.

Desde os anos 2000, ela mal cresceu. Um banco de dados de reformas tributárias mantido pelo FMI, com a última atualização em 2018, sugere que, enquanto nas décadas de 1970 e 1980 as reformas eram divididas igualmente entre aumentos de receita e cortes de receita, as mais recentes têm focado em cortar **impostos**.

Até 2022, cerca de 85% das reformas nas bases de imposto de renda pessoal dos países ricos causaram sua redução, enquanto apenas 15% as ampliaram. A maior reforma da última década foi o enorme corte de **impostos** do presidente Donald Trump em 2017. Nem Trump nem Kamala Harris, a indicada democrata, prometem uma governança fiscal prudente nos próximos anos. À medida que os governos atuais implementam medidas para aumentar a receita, eles tendem a adotar soluções engenhosas.

Segundo nossos cálculos, em 2022, os governos federal, estadual e local americanos arrecadaram US\$ 80 bilhões (R\$ 435,8 bilhões) em multas, taxas, **impostos** punitivos e acordos - quase três vezes mais, em relação ao **PIB**, do que nos anos 1960 e 1970.

Políticos que falham em aumentar as receitas

enfrentam duas escolhas. Uma é manter grandes déficits fiscais: este ano, os governos do mundo rico terão déficit agregado de 4,4% do **PIB**, mesmo com a economia global em boa forma. Outra é financiar benefícios mais generosos fazendo cortes em outras áreas. A demanda por serviços públicos cresceu muito. Ainda assim, em 2022, um país rico médio gastou 24% do **PIB** neles, o mesmo que em 1992. O emprego no setor público, como parcela do total, tem diminuído desde o final dos anos 1990. Tudo, desde a saúde provida pelo Estado até educação e segurança pública, foi afetado.

Outra função histórica do governo - agora em declínio - era fornecer uma burocracia eficiente.

É difícil medir isso quantitativamente, mas os pesquisadores tentaram. Dados produzidos pelo Berggruen Institute, um think-tank, e pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles, combinam medidas objetivas, como receita tributária, e medidas subjetivas, como percepções de corrupção, para criar uma medida transnacional de "capacidade estatal". No grupo do G-7, das economias avançadas, essa medida está caindo. O mesmo acontece com o Índice de Administração Pública rigorosa e imparcial, produzido pelo V-Dem, outro think-tank, que ilustra até que ponto os funcionários públicos respeitam a lei.

**BUROCRACIA.** Os efeitos do declínio da capacidade estatal aparecem em todo lugar. Alguns são pequenos. Nos EUA, o tempo de espera entre um projeto residencial receber permissão para construir e o início da construção duplicou desde os anos 1990. Construtores enfrentam longos tempos de espera enquanto preenchem formulários e conferem requisitos. No Reino Unido, os tribunais de emprego estão enfrentando enormes atrasos devido à falta de juízes, com audiências sobre tudo, desde demissão injusta até discriminação racial, agora agendadas para tão longe quanto 2026. Há cinco anos, o site do escritório de passaportes da Austrália dizia que o tempo de processamento de um pedido era de "três semanas"; dois anos atrás, dizia "até seis semanas"; no ano passado, dizia "mínimo de seis semanas".

Os governos também parecem menos dispostos e capazes de realizar grandes projetos. É praticamente impossível imaginar que o Empire State Building pudesse ser construído em um ano - e, no entanto, nos anos 1930, foi. Além disso, ao longo do século 20, os governos investiram tanto dinheiro quanto intelecto em ciência, pesquisa e desenvolvimento, buscando mudar o crescimento econômico para uma marcha mais alta.

Iniciativas como a DARPA, realizada nos EUA para criar e disseminar tecnologias inovadoras, deram uma

ideia da escala das ambições dos governos.

Nos anos 1950 e 1960, governos, incluindo os de Alemanha e Japão, construíram milhões de unidades de habitação pública e milhões de quilômetros de estradas de ferro.

Agora, os políticos apenas querem sobreviver. Os gastos com soluções de curto prazo têm precedência sobre projetos longos e difíceis. Biden enfatiza sua política industrial, que supostamente deveria reviver os empregos industriais e reduzir a dependência americana em relação à China. Na prática, os desembolsos fiscais associados à política são triviais. Em outras partes do mundo rico, o investimento público diminuiu consideravelmente, enquanto os governos cortaram departamentos de pesquisa e desenvolvimento.

Por meio da OCDE, o Estado agora responde por menos de 10% do total dos gastos com pesquisa e desenvolvimento, uma mudança significativa em relação à norma do pós-guerra.

Os governos não são mais os celeiros de inovação. Quase todos os desenvolvimentos recentes em inteligência artificial emergiram do setor privado.

Quando se trata de reformas que impulsionam o crescimento, como ajustes nas leis trabalhistas, os governos quase perderam completamente o interesse.

Um artigo publicado em 2020 por Alberto Alesina da Universidade Harvard, e colegas do FMI e da Universidade de Georgetown, mediu reformas estruturais, como mudanças nas regulações, ao longo do tempo. Nas décadas de 1980 e 1990, políticos em economias avançadas implementaram muitas reformas.

No entanto, pelos anos 2010, isso havia estagnado. De acordo com nossa análise de dados do Projeto Manifesto, as medidas de partidos políticos na OCDE estão focadas em crescimento pela metade do que estavam no início dos anos 1980.

Os Leviatãs podem não permanecer lentos para sempre.

Rodar grandes déficits para financiar pagamentos de transferência se tornará, eventualmente, caro demais - países como Grécia e Itália descobriram isso nos anos 2010. Em algum momento, populações, cansadas do fraco crescimento econômico e serviços precários, podem exigir que os políticos façam algumas escolhas difíceis. Então, de novo, os Leviatãs lentos serão formidáveis. Grupos de interesse estão enraizados, incentivos familiares se aplicam e é mais fácil viver

para o curto prazo.

O sistema tem vida própria.

Subida rápida É praticamente impossível imaginar que o Empire State pudesse ser construído em um ano - e, no entanto, nos anos 1930, ele foi

Máquinas pesadas Serviços públicos ruins e aumento de burocracia podem explicar a razão de as pessoas terem pouca fé nos políticos

Perdendo o bonde Na Alemanha, os trens, que uma vez foram fonte de orgulho nacional, agora atrasam com frequência

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Analistas já projetam índice acima do teto da meta de 4,5%

(Carolina Nalin)

A adoção da bandeira vermelha sobre a conta de luz e a perspectiva de preços mais elevados de alguns alimentos, como as proteínas, têm levado analistas a estimarem que o índice de Preços ao Consumidor Amplo (I PC A) vai estourar o teto da meta de inflação de 4,5% fixado para este ano pelo governo. A meta de inflação é de 3%, podendo oscilar entre 1,5% e 4,5%.

Se forem confirmadas as expectativas dos analistas, o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, terá de divulgar publicamente as razões do descumprimento, por meio de carta aberta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, logo depois que assumir.

Galípolo foi aprovado no Congresso para presidir o BC na última terça-feira, e assume em janeiro, quando saberemos se a meta foi cumprida ou não. O IPCA fechado de 2024 só será divulgado pelo IBGE em janeiro do ano que vem. O atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, já teve de dar explicações duas vezes durante o seu mandato: em 2021 e 2022.

Quem projetava inflação abaixo do teto da meta começou a revisar o número para cima após a divulgação pelo IBGE do resultado do IPCA de setembro. E o caso de Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners. Ele subiu a projeção anual do IPCA de 4,4% para 4,6%. Segundo o economista, 2024 foi um ano com dois grandes eventos climáticos: primeiro o El Niño e, mais recentemente, o La Niña. Esses fenômenos afetam a produção no campo e tendem a mexer com o custo dos alimentos: - Os preços de alimentos devem subir este ano, em média, algo próximo de 8% e 9% do que 7%, diferente do que esperam muitos analistas.

## DEPENDENDO DA ENERGIA

Economista da XP, Alexandre Maluf, destaca que a atual conjuntura levou a corretora a revisar na semana passada a projeção do IP-CA anual de 4,4% para 4,6%. A revisão foi motivada principalmente por alimentos, especialmente proteínas, e energia elétrica. A estimativa incorpora manutenção da bandeira vermelha 2 em novembro e vermelha 1 em dezembro.

- Recentemente, houve uma melhora nas condições

climáticas, com mais chuvas previstas para outubro, o que pode trazer algum alívio. Mas ainda estamos longe de uma perspectiva de bandeira amarela. O clima é imprevisível e prever inflação é mais difícil ainda -diz Maluf.

Mas a previsão não é unânime. André Braz, coordenador do índice de preços do FGV/ Ibre, tem expectativa de alta entre 4,2% e 4,5%. Seu número final dependerá das bandeiras tarifárias a serem aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), explica o economista: -A bandeira que fechará o ano vai depender da regularidade e intensidade das chuvas. Se elas não forem intensas e regulares, pode ser que 2024 feche com alguma bandeira. E isso faz toda a diferença. Só no resultado do IPCA de setembro, metade da alta foi em função da bandeira vermelha patamar 1. O mesmo deve ocorrer em outubro.

A alta do IPCA em setembro, contudo, ainda não está refletida no Boletim Focus, do Banco Central, que reúne estimativas de analistas do mercado. O documento é divulgado às segundas-feiras. No último relatório, economistas indicaram esperar inflação de 4,38% em 2024.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Aumento da dívida brasileira preocupa, apesar de crescimento maior da economia

*Estevão Taiar De Brasília*

O Banco Mundial revisou de 2% para 2,8% a sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2024. O número foi divulgado nesta quarta-feira pela instituição multilateral em seu relatório semestral para América Latina e Caribe.

A estimativa apresentada nesta quarta-feira é menor do que as projeções mais recentes do mercado (3%, segundo a mediana do Boletim Focus), do Banco Central e do Ministério da Fazenda (ambas em 3,2%).

Já a estimativa do órgão multilateral para a expansão da economia brasileira em 2025 foi mantida em 2,2%, enquanto a projeção para 2026 passou de 2% para 2,3%.

Apesar da revisão do crescimento para este ano, o economista-chefe do Banco Mundial para América Latina e Caribe, William Maloney, destacou negativamente o aumento da dívida pública brasileira observado desde o início do ano passado.

"Preferimos nos mover na outra direção, isso seria bom", afirmou em entrevista coletiva virtual para detalhar o relatório.

Na entrevista, ao ser perguntado sobre as revisões recentes da nota de crédito do Brasil realizadas por agências de classificação de risco, ele afirmou que o fato de o país estar mais próximo do grau de investimento é positivo. Mas disse que o aumento dos gastos previdenciários no Brasil será observado em outros países da América Latina e do Caribe, o que é um "fator de estresse fiscal" que exigirá atenção.

Em sentido oposto, Maloney afirmou que a queda dos índices de pobreza de Brasil e México nos últimos anos impulsionaram o recuo da pobreza na região como um todo.

No relatório, o Banco Mundial também afirma que, "entre os países grandes, é provável que Brasil e Peru atinjam suas metas de **inflação** em 2024, enquanto as demais economias principais os seguiriam logo depois". A meta de **inflação** no Brasil é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009?page=1&section=1)**

# Juro futuro fecha nas máximas do ano com risco fiscal no radar

**Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet e Arthur Cagliari De São Paulo**

O mercado local viveu mais um dia de estresse intenso. O ambiente externo pouco ajudou, marcado pela dificuldade de ativos de países emergentes exibirem bom desempenho, e os riscos associados às contas públicas voltaram a dar o tom dos negócios no Brasil. Diante do que foi interpretado por agentes de mercado como uma insistência do governo em isentar o Imposto de Renda para salários até R\$ 5 mil, em um momento que as preocupações fiscais se mantêm em níveis elevados, os investidores ignoraram até mesmo a ausência de surpresas no IPCA de setembro e voltaram a embutir prêmios de risco nos ativos. Assim, o dólar subiu 1%; os juros futuros dispararam aos maiores níveis do ano; e o Ibovespa teve queda firme.

Participantes apontam que a dinâmica negativa do mercado ontem foi provocada por novas preocupações em torno de questões fiscais. Segundo informações divulgadas pelo jornal "Folha de S.Paulo", o governo estuda a criação de um imposto destinado a cidadãos de alta renda para compensar a ampliação do IR para quem ganha até R\$ 5 mil. Além disso, notícias de concessão de crédito por meio do BNDES para empresas também ampliaram os receios de um aumento do uso da política parafiscal pelo governo.

Os reflexos foram sentidos, principalmente, na curva de juros, que alcançou os maiores níveis do ano. A taxa do DI de janeiro de 2027 disparou de 12,335% para 12,575% e a do DI de janeiro de 2029 saltou de 12,335% a 12,535%.

Na mesma direção, os juros reais extraídos da NTN-B com prazo em 2028 encerraram o dia aos 6,88%, de 6,74% do fechamento anterior. Esse nível, de acordo com o diretor de investimentos da BNP Paribas Asset Management no Brasil, Gilberto Kfourri, é insustentável e o governo terá de fazer algo, em algum momento, para mudar a dinâmica.

"Tem que atacar os pontos que todo mundo sabe que tem que atacar, principalmente as despesas, que o governo é mais resistente em fazer. Enquanto não fizer, o mercado vai colocando prêmio", diz Kfourri, que mantém uma visão mais otimista para as NTN-Bs sob a percepção de que o nível atual já está bastante elevado e há uma tendência de alívio significativo "a

qualquer sinal positivo" do fiscal.

O cenário externo também foi um vetor de pressão. Os rendimentos dos Treasuries de dez anos se mantiveram acima do nível dos 4%, em meio a perspectivas maiores de vitória do ex-presidente Donald Trump nas eleições nos EUA e aos sinais de que o mercado de trabalho americano segue robusto.

Assim, o dólar comercial encerrou em alta de 1%, a R\$ 5,5875, e o euro exibiu valorização de 0,64%, a R\$ 6,1119. Os estrategistas do banco BBVA apontam que é pouco provável que os aumentos de juros locais sejam suficientes para o real recuperar de forma significativa seu valor. "Seria necessário um progresso fiscal para uma recuperação mais significativa da moeda brasileira", apontam, em nota.

"No entanto, o BC precisa restabelecer a confiança [do mercado] e o controle, o que poderá ajudar a evitar que o dólar atinja ou ultrapasse o pico de R\$ 5,75 registrado no início de agosto", afirmam.

Os preços de mercado já embutem aproximadamente 2,4 pontos percentuais de altas de juros pelo BC. Ontem, a Tenax Capital revisou suas projeções para a Selic e passou a esperar um aperto de 2,25 pontos, o que levaria a taxa a 13%.

"Com base nos dados que conseguimos antecipar para os próximos meses, acreditamos que a probabilidade de a **inflação** de serviços acompanhar a atividade econômica mais forte de maneira mais próxima até o primeiro trimestre de 2025 está aumentando. Choques nos preços de itens voláteis podem ser o elemento faltante para que isso ocorra", afirma a economista-chefe da gestora, Débora Nogueira.

No mercado de renda variável, o Ibovespa caiu 1,18%, aos 129.962 pontos, atingindo o menor nível em dois meses. A ação ordinária da Vale recuou 0,26% e a da CSN Mineração perdeu 2,48%. O papel preferencial da Petrobras caiu 1,01%.

Profissionais notam que o fluxo estrangeiro na bolsa caiu consideravelmente nos últimos dois meses, após a alta de juros local e o início do ciclo de afrouxamento monetário nos EUA. Segundo gestores, o estrangeiro não compreendeu o motivo de o país ter se descolado

do resto do mundo com um aperto monetário, o que afasta esse tipo de investidor da renda variável local.

Nesse sentido, o Santander informou que promoveu um jantar, na última semana, com cinco investidores estrangeiros e cinco locais, e destacou que a discussão mais animada da noite foi em torno da divisão entre otimismo e pessimismo com a bolsa brasileira.

O investidor local atribuiu maior peso aos desafios fiscais do Brasil, enquanto o estrangeiro elencou uma série de elementos a favor do país, como a força da economia, a valorização do real devido ao diferencial de taxa de juros e as tentativas da China de acelerar o crescimento de sua economia, apontam Aline de Souza Cardoso, Guilherme Bellizzi Motta e Luane Fontes, em relatório enviado a clientes.

12,575% foi o nível da taxa do DI para janeiro de 2027 no fechamento

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188009>



# Energia e alimentação puxam inflação, que cresce 0,44% em setembro, diz IBGE

## AGÊNCIA ESTADO

A **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou setembro com alta de 0,44%, ante uma redução de 0,02% em agosto, informou nesta quarta-feira, 9, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado ficou próximo da mediana das estimativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que apontava alta de 0,45%. O intervalo das previsões ia de alta de 0,38% a 0,52%.

A taxa acumulada pela **inflação** no ano foi de 3,31%. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,42%, resultado também próximo à mediana das projeções dos analistas, de 4,44%, com estimativas que iam de 4,36% a 4,59%.

Seis dos nove grupos que integram o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registraram altas de preços em setembro, informou o IBGE.

Houve deflação em Artigos de Residência (queda de 0,19% e impacto de -0,01 ponto percentual), Despesas Pessoais (-0,31% e impacto de -0,03 ponto percentual) e Comunicação (- 0,05% e 0,00 ponto percentual).

Os aumentos foram registrados em Alimentação e Bebidas (0,50%, impacto de 0,11 p.p.), Saúde e cuidados pessoais (0,46%, impacto de 0,06 ponto percentual), Vestuário (0,18% e impacto de 0,01 ponto percentual), Habitação (1,80%, impacto de 0,27 p.p.), Educação (0,05%, impacto de 0,00 p.p.) e Transportes (0,14% e impacto de 0,03 ponto percentual).

Todas as 16 regiões investigadas pelo IBGE registraram altas de preços em setembro. O resultado mais brando foi verificado em Aracaju, 0,07%, enquanto o mais elevado ocorreu em Goiânia, com aumento de 1,08%.

A alta de 5,36% na energia elétrica residencial exerceu a maior pressão sobre a **inflação** de setembro, uma contribuição de 0,21 ponto percentual (p.p.) para a taxa de 0,44% registrada no mês pelo IPCA..

Figuraram ainda no ranking de principais pressões sobre o IPCA de setembro o gás de botijão (0,03 p.p.), passagem aérea (0,03 p.p.), plano de saúde (0,02

p.p.), perfume (0,02 p.p.), café moído (0,02 p.p.) e contrafilé (0,02 p.p.).

Na direção oposta, o principal alívio partiu do cinema, teatro e concertos, com queda de preços de 8,75% e influência de - 0,04 ponto percentual.

Houve contribuição negativa também da cebola (-0,03 ponto percentual), seguro voluntário de veículos (-0,02 ponto percentual), batata-inglesa (-0,02 ponto percentual) e tomate (- 0,01 ponto percentual).

Os aumentos de preços que resultaram nas principais pressões sobre a **inflação** do País em setembro foram consequência de **distúrbios climáticos**. A avaliação é do gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE, André Almeida.

"O IPCA foi influenciado, principalmente, pela energia elétrica, e também por alimentação e bebidas", disse Almeida.

"Os principais impactos positivos no mês de setembro, tanto por parte da energia elétrica quanto no caso das carnes e frutas, os fatores climáticos contribuíram para a alta de preços."

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6356>